



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

OS *SERTÕES* E A QUESTÃO NACIONAL NA LITERATURA BRASILEIRA

GUSTAVO ARNT

Brasília
2009

GUSTAVO ARNT

OS SERTÕES E A QUESTÃO NACIONAL NA LITERATURA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Henriques Pereira de Sousa

Banca examinadora:

Profa. Dra. Germana Henriques Pereira de Sousa – UnB
(presidente)

Prof. Dr. Hermenegildo Bastos – UnB
(membro)

Prof. Dr. Bernardo Ricupero – USP
(membro)

Profa. Dra. Deane Castro e Costa – UnB
(suplente)

Brasília
2009

“Os dominantes de turno são herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. Isso diz o suficiente para o materialismo histórico. Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo do triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma providência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corvéia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo”.

Walter Benjamin, **Sobre o conceito de história**

***Para Antonio Candido, pela crítica empenhada, e
Para o MST, pela militância crítica***

AGRADECIMENTOS

Algum tempo hesitei se devia abrir estes agradecimentos pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar os que participaram diretamente do processo de redação e pesquisa ou aqueles cuja participação, igualmente fundamental, se deu de forma mais afetiva e emocional do que propriamente acadêmica. Não sabendo sequer encontrar o limite exato entre um e outro, fui levado a não adotar método algum.

Sendo assim, começo agradecendo à minha mãe, Maria José, principal responsável por eu ter chegado até aqui, pelo amor, por toda a vida dedicada a mim e pelo apoio sempre incondicional. Pelos sempre confortantes momentos em que estamos juntos, que me aliviam das obrigações acadêmicas, agradeço a toda a minha querida e imensa família.

Agradeço ainda:

Aos grandes amigos (que, diga-se de passagem, e ao contrário do que me prometeram fazer, não leram *Os Sertões*), por todos os momentos inesquecíveis que passamos juntos, pelo carinho, pela compreensão, pelo estímulo e pela confiança: Anderson, Diuvanio, Heloísa, Paloma, Marcela, Isabela, Ana Daniela, Késsia, Tatiana, Daniele, Fabiano, Rafael, Cássio, Breno e Clayton.

A todos os colegas e professores do grupo de pesquisa Literatura e Modernidade Periférica.

À minha *très chère* orientadora, professora Germana, por ter aceitado me orientar, pela confiança em mim, pelo estímulo e pela dedicação com que me orientou.

À minha estimada professora Ana Laura, responsável pelo começo de tudo isso, que me apresentou a obra de Antonio Candido e me ensinou que a literatura não muda o mundo, mas muda as pessoas, que podem mudar o mundo.

Ao professor Hermenegildo Bastos, que desde cedo me acolheu em suas aulas e, dentre tanta coisa importante, me ensinou que *literatura é política*.

Aos professores e grandes amigos Cássio Tavares e Rafael Villas Boas, pelas conversas, pela experiência, pelo Benjamin e pelo Brecht.

À Talita, pela promessa cumprida de estar sempre ao meu lado.

À professora Rita de Cassi, pelo PIBIC e, principalmente, pela negritude.

A todos os professores que de uma maneira ou de outra contribuíram para minha formação humana e acadêmica: Gilson Sobral, Flávio Kothe, João Vianney Cavalcanti Nuto, Maria Isabel Edom Pires, Hilda Lontra, Deane Fonseca, Denize Elena Garcia, Marcus Lunguinho.

Às sempre atenciosas, prestativas e muito queridas funcionárias do TEL Jaqueline, Dora e tia Nívea.

Aos companheiros do MST, herdeiros dos sertanejos de Canudos, pela luta, pela militância e pelo exemplo.

Aos colegas de Secretaria de Educação, pelas risadas e pelo trabalho.

Por fim, agradeço a Antonio Candido, Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Berthold Zilly, Bernardo Ricupero, Benedict Anderson, Walter Benjamin, Adorno e Marx, que me permitiram subir em seus ombros para enxergar mais longe.

RESUMO

Esta dissertação consiste num estudo acerca da relação entre literatura e história a partir da análise do nacionalismo na literatura brasileira, com ênfase no estudo do modo como essa questão se coloca em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

O ponto de partida é a análise diacrônica tanto da configuração do nacionalismo na literatura brasileira quanto das maneiras pelas quais a própria literatura foi incorporada por projetos diversos de construção da nação.

Na sequência, analiso a estrutura da narrativa de Euclides, buscando compreender e evidenciar, na forma da obra, as maneiras pelas quais nela se configura o nacionalismo literário.

Por fim, detenho-me na análise de três aspectos da questão nacional no âmbito da história do Brasil e que compõem o cerne da narrativa euclidiana: a questão agrária, a formação etnológica do povo brasileiro e o conflito armado.

ABSTRACT

This dissertation consists of a study about the relationship between literature and history in an analysis of the nationalism in Brazilian literature, with emphasis on the study of how this matter appears in *Os Sertões*, of Euclides da Cunha.

The starting point is the diachronic analysis of the configuration of nationalism in Brazilian literature and the manners through which literature itself was incorporated into the many projects of building a nation.

In sequence, I analyse the narrative structure in Euclides' book, seeking to understand and to find evidence, in the book's form, of the manners through which we can find literary nationalism in the text.

In the end, I analyse three aspects of the national issue in the scope of Brazil's history, which are also part of the core of the Euclidian narrative: the agrarian matter, the ethnological shaping of the Brazilian people and the armed conflict.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 BRASIL – NAÇÃO E LITERATURA	17
1.1 Contradições do nacionalismo	17
1.2 “Nesta terra, em se plantando, tudo dá”: a terra prometida, a pátria das letras	19
1.3 Dupla filiação e empenho: as raízes do nacionalismo literário	20
1.4 “Os homens que aqui escrevem não escrevem como os de lá”: o programa nacional romântico	22
1.5 O instinto de nacionalidade	24
1.6 Entre o progresso e os sertões	26
1.7 Fantasias de nação: antropofagia e verde-amarelismo.....	28
1.8 Outras descobertas do Brasil: as consciências catastrófica e dilacerada do atraso	32
1.9 Multiculturalismo <i>versus</i> nacionalismo: a lógica transnacional da literatura contemporânea	33
2 OS SERTÕES: NARRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO BRASIL	37
2.1 As antinomias narrativas de <i>Os Sertões</i>	37
2.2 A nota preliminar e o enquadramento do narrador sincero	39
2.3 Organização estrutural da narrativa	44
2.4 Geografia e paisagem	47
2.5 Retratos do povo brasileiro.....	54
2.5.1 Antonio Conselheiro	57
2.6 Empatia e distanciamento	59
3 CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: NAÇÃO E NACIONALISMO EM OS SERTÕES	63
3.1 Projetos de nação na Belle Époque	63
3.2 A questão agrária	66
3.3 A formação étnica brasileira	73
3.4 Os crimes da nacionalidade	88
CONCLUSÃO	98
BIBLIOGRAFIA	104

INTRODUÇÃO

Na epígrafe deste trabalho, foi apresentado o argumento de Walter Benjamin segundo o qual todo documento de cultura é também um documento de barbárie (BENJAMIN, 1996, p.225; LÖWY, 2005, p. 70)¹. Essa concepção é válida para o caso de *Os Sertões*² em muitas instâncias. Em primeiro lugar, porque literalmente a obra é o registro da barbárie cometida pelas elites brasileiras contra Canudos; segundo, porque a narrativa de Euclides dá a ver o sentido profundo da barbárie representada pela ideologia do progresso; em terceiro, porque, ao atacar o “crime da nacionalidade”, a obra rememora (no sentido benjaminiano) a luta dos sertanejos contra a barbárie.

Isso, no entanto, não vai sem contradição. Conforme demonstrarei ao longo de toda a dissertação, a grande marca da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos é justamente a antinomia. Apesar da traição de classe empreendida por Euclides, a obra se revela também muito ligada à ideologia da classe dominante, gerando uma tensão que aponta para as contradições não resolvidas da sociedade brasileira.

A pesquisa que deu origem a esta dissertação partiu do interesse pelo relacionamento entre história e literatura, principalmente no que respeita a questões relacionadas à formação da nação. Interesse que nasceu fundamentalmente a partir dos estudos empreendidos no âmbito do grupo de pesquisa Literatura e Modernidade Periférica, no qual, ao longo dos anos, temos lido e refletido acerca dos intérpretes do Brasil, da crítica dialética e da literatura brasileira. Devo dizer que este trabalho, para além da minha responsabilidade individual, deve muito a muitos, principalmente aos colegas de grupo.

Dito isso, esclareço que o ponto de partida das investigações foi o argumento de Terry Eagleton (2006), em estudo acerca da formação do romance inglês, de que na Inglaterra, durante o século XVIII, a literatura teria

¹ No Brasil, a tradução das teses “Sobre a história” mais difundida é a de Sérgio Paulo Rouanet (BENJAMIN, 1996). Utilizo aqui, no entanto, a tradução feita por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Müller, constante do livro de Michael Löwy (2005).

² Utilizo a 8ª edição da editora Record, publicada em 2006. Todas as citações da obra correspondem a essa edição. Portanto, nas referências no corpo do texto aparecerá apenas a abreviatura OS, seguida do número da página correspondente.

servido para “adoçar a pílula da ideologia da classe média”. Essa proposição, aliada ao argumento de Antonio Candido de que a literatura brasileira, em seu período de formação, foi empenhada na construção da nação, levou-me a pensar se aqui também a literatura não teria sido servido para “adoçar a pílula da ideologia da classe dominante”, isto é, se não teria servido para exprimir a ideologia da classe dominante brasileira e ajudá-la a consolidar seu poder. Em outras palavras, a pergunta básica era: se a ideologia contida em nossa literatura é a ideologia da classe dominante (representada pelos escritores), pode-se concluir que o caráter de "literatura empenhada na construção da nação" significa que essa literatura esteve empenhada na construção de uma nação que atendesse aos interesses dessa classe dominante?

Por um lado, parecia-me que sim, mas por outro o caráter crítico da nossa literatura (anti-hegemônico, como viria a descobrir mais tarde) me fazia desconfiar de uma adesão por completo da arte aos projetos das elites. No que diz respeito mais diretamente ao modo como certas concepções de mundo, no nosso caso, a ideologia da elite brasileira por meio da literatura, se difundem e se tornam senso comum, diz Gramsci:

Por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo? Neste processo de difusão (que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito frequentemente, de combinação entre o novo e o velho), influem (...) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (na medida em que é reconhecida e apreciada, pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apóia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção (GRAMSCI, 1981, p. 25).

Permanecendo o impasse, encontrei em Antonio Candido argumentos que me permitiram equacionar o problema. Em “Literatura de dois gumes” (CANDIDO, 2006b, p. 197-217), Candido explica que a literatura brasileira “do ângulo político pode ser encarada como peça eficiente do processo colonizador” e que ela desempenhou “papel fundamental no processo de

imposição cultural” (CANDIDO, 2006b, p. 199-200). O crítico, porém, observa que a própria colonização portuguesa ia criando suas contradições e que a literatura “justamente pelo fato de manter relações com a realidade social (...) incorpora as suas contradições à estrutura e ao significado das obras” (CANDIDO, 2006b, p. 202). Sendo assim, esse movimento permite à literatura apresentar um outro gume, que vai na contramão da ideologia dominante: a literatura participou diretamente da imposição da cultura, mas também agiu no sentido de manifestar os impasses e os desajustes da colonização.

Minha ideia inicial de que a literatura fora instrumento da consolidação do domínio das elites se confirmou em parte, porém sofreu um abalo e uma mudança radical de perspectiva, dada a evidência de que estavam em jogo os dois gumes da literatura. A conclusão, portanto, é que, para além de manifestar a ideologia dominante, a literatura manifesta também o seu avesso:

Na sociedade duramente estratificada, submetida à brutalidade de uma dominação baseada na escravidão, se de um lado os escritores e intelectuais reforçaram os valores impostos, puderam muitas vezes, de outro, usar a ambigüidade do seu instrumento e da sua posição para fazer o que é possível nesses casos: dar a sua voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão. (CANDIDO, 2006b, p. 215)

Equacionado o problema inicial, ainda sentia falta de uma mediação conceitual política entre o processo de formação da literatura e o nacionalismo. Essa mediação surgiu a partir de duas frentes, o conceito de empenho, formulado por Candido, e o conceito de hegemonia, formulado por Gramsci. A relação entre esses dois aspectos também encontrara bom termo na obra de Bernardo Ricupero (2004), a qual serviu de base para um entendimento mais aprofundado acerca dos significados de nação para os românticos e que possibilitou a posterior investigação desses significados em outros momentos da literatura brasileira.

Por empenho, Candido (2006a) entende o caráter participante da literatura no sentido de construir a nação brasileira, que se colocou como elemento incontornável para a atividade literária.

Já o conceito de hegemonia³, em linhas gerais, diz respeito sobretudo aos meios de dominação (consentida) exercida pela classe dominante a fim de disseminar sua ideologia e garantir a reprodução dos meios de produção e dominação, que podem ser a cultura, a violência, as relações sociais, a sociedade civil, etc. De acordo com Raymond Williams,

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de 'ideologia', nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como 'manipulação' ou 'doutrinação'. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. (...) Em outras palavras, é no sentido mais forte uma 'cultura', mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes (WILLIAMS, 1979, p. 113).

O crítico inglês observa corretamente as vantagens do conceito de hegemonia sobre os de ideologia, manipulação ou doutrinação, haja vista que o conceito consegue não só abarcar essas noções, mas principalmente ir além delas, pois constitui um conjunto de práticas que englobam a vida social como um todo, com todas suas particularidades e contradições. Além disso, no que diz respeito mais diretamente à cultura, o conceito de hegemonia esclarece um outro aspecto:

O trabalho e a atividade culturais não são agora, em nenhum sentido comum, uma superestrutura: não só devido à profundidade e totalidade em que qualquer hegemonia cultural é vivida, mas porque a tradição e a prática culturais são vistas como muito mais do que expressões superestruturais – reflexos, mediações ou tipificações –

³ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

de uma estrutura social e econômica formada (WILLIAMS, 1979, p. 114).

O conceito de hegemonia permite compreender a cultura não mais como reflexo ou mera expressão de estruturas sociais e econômicas na superestrutura. Ela passa a ser vista dialeticamente como parte mesmo das forças produtivas.

Esclarecida a relação entre cultura e estrutura social, é a noção de processo estruturante ou redução estrutural, formulada por Antonio Candido (2006c), a principal mediação por mim utilizada na análise crítica dos textos⁴. Segundo Candido, o que interessa ao crítico é “averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma” (CANDIDO, 2006c, p. 9), o que permite analisar a relação entre literatura e sociedade não como espelho uma da outra, nem como aquela sendo determinada por esta, mas sim como uma relação dialética, de forma a compreender o modo como as questões sociais são internalizadas na economia da obra por meio do trabalho do escritor.

O trabalho do escritor constitui uma das principais mediações entre forma literária e forma social (BASTOS, 2009). Apenas por meio dele os aspectos primordialmente extra-literários podem ser internalizados no texto, passando a constituir uma realidade diversa, contraditoriamente articulada à sociedade, que é a obra de arte. É, portanto, por meio desse processo estruturante que os aspectos históricos, políticos, econômicos, filosóficos, etc. passam a fazer parte da obra e é a partir dela que devem ser compreendidos.

Assentados os pressupostos que permitem a análise da relação entre literatura e sociedade, o passo seguinte foi, antes de chegar ao estudo de *Os Sertões*, analisar o modo como o nacionalismo foi expresso na literatura e o modo como a própria literatura se colocou nos projetos de nação construídos e empreendidos ao longo da história, estudo para o qual foram fundamentais as obras de Antonio Candido (2006a), Bernardo Ricupero (2004) e Benedict Anderson (2008).

⁴ Conforme argumenta Walnice Galvão (2009), ainda que *Os Sertões* não seja um texto ficcional, é uma narrativa, e como tal permite ser analisado com base no conceito de redução estrutural.

Desse modo, o primeiro capítulo desta dissertação trata justamente da história do nacionalismo literário brasileiro. Nele, apresento os principais problemas e as principais soluções estéticas elaboradas em momentos decisivos da literatura brasileira. Metodologicamente, optei por traçar um quadro diacrônico da questão, acompanhando seus momentos decisivos desde o Arcadismo até a literatura contemporânea.

O principal objetivo desse capítulo é operar uma síntese dos muitos, variados e contraditórios significados que o nacionalismo literário adquiriu ao longo da história da literatura brasileira. Dessa maneira, ficam abertos os caminhos para a análise da questão nacional em um momento particular e em uma obra marcante do período, que são, respectivamente, a primeira República e *Os Sertões*.

Como prólogo necessário ao estudo da questão nacional em *Os Sertões*, apresento no segundo capítulo um estudo acerca da composição narrativa da obra, haja vista que desde o início da pesquisa estava claro que o narrador era o elemento chave para a compreensão dos problemas por mim levantados.

Nesse capítulo, partindo de algumas considerações acerca do gênero discursivo da obra e do seu caráter narrativo, que será o foco do estudo, analiso as estruturas narrativas, buscando interpretar seus significados e suas implicações ideológicas. O método analítico-interpretativo, explicitado acima, consistiu fundamentalmente em acompanhar passo a passo o desenrolar da narrativa em suas articulações com o todo da obra.

O terceiro capítulo analisa o modo como a questão nacional é expressa em *Os Sertões* e também a maneira como a obra se coloca *na* própria forma social brasileira⁵, para a qual nação e nacionalismo eram problemas fundamentais à época.

A matéria é analisada a partir de três frentes distintas, mas dialeticamente conexas, que são a questão agrária, a composição etnológica brasileira e o conflito armado.

⁵ Conforme aponta Walter Benjamin: “Antes, pois, de perguntar como uma obra de arte se situa no tocante às relações de produção da época, gostaria de perguntar: como ela se situa dentro dessas relações?” (BENJAMIN, 1994c, p. 122).

Em “A questão agrária”, discorro sobre a ocupação territorial do Brasil, a distribuição da terra, a formação dos latifúndios e suas principais implicações, diretas e indiretas, para a Guerra de Canudos. A análise é feita sempre com base no tratamento que Euclides deu a esses problemas na obra, buscando compreender sua narrativa não apenas em um primeiro nível discursivo, o da superfície da narração, mas estabelecendo conexões que levam a uma compreensão dos sentidos latentes, ocultos, dissimulados ou até escamoteados.

No ponto seguinte, “A formação étnica brasileira”, discorro sobre o modo como Euclides narra e compreende a constituição do povo brasileiro. Discuto as principais ideologias racistas vigentes à época e que embasaram os argumentos empregados pelo autor a fim de expor sua teoria racial.

Por fim, “Os crimes da nacionalidade” apresenta a discussão acerca da visão de Euclides sobre ao conflito armado da Guerra de Canudos: o que ele aponta como causas, como decorreram os combates nas quatro expedições, o significado do “crime da nacionalidade”, o movimento de aproximação e distanciamento em relação aos sertanejos e ao exército.

Ao longo de toda a análise empreendida no terceiro capítulo, demonstro o papel singular exercido pela Guerra de Canudos no âmbito da Primeira República a fim de consolidar a hegemonia do nascente aparato republicano do Estado e das oligarquias rurais. Tendo sido um momento político decisivo para a história do país, a implementação da República, tanto em termos políticos como sócio-culturais, exigiu esforços do Estado não apenas nos setores econômicos e culturais, como também exigiu o uso da violência. São desse período, por exemplo, não apenas a Guerra de Canudos, mas também a Revolta da Vacina e a Guerra do Contestado, episódios em que não se hesitou em empregar a violência como meio de “garantir a ordem”.

1 BRASIL: NAÇÃO E LITERATURA

A literatura brasileira, desde o seu período de formação, foi profundamente ligada ao processo de imposição e expansão cultural realizado pela Coroa portuguesa. Uma vez realizada a Independência, a literatura arrogou-se a tarefa de contribuir para a formação e consolidação do país enquanto nação.

Dessa forma, o nacionalismo literário torna-se um dínamo para a atividade literária ao longo da história e é justamente essa longa, complexa e contraditória relação entre literatura e história que analiso neste capítulo.

Feitas algumas considerações iniciais acerca do caráter eminentemente contraditório da nacionalismo, com base principalmente nos argumentos de Benedict Anderson (2008), discorro acerca das maneiras como a literatura se colocou no interior dos projetos de nação para o Brasil concebidos ao longo do tempo e, principalmente, discuto as maneiras segundo as quais o nacionalismo foi formalizado pela literatura brasileira.

1.1 CONTRADIÇÕES DO NACIONALISMO

Têm sido ou podem ser considerados formas de nacionalismo o ufanismo patrioteiro, o pessimismo realista, o arianismo aristocrático, a reivindicação da mestiçagem, a xenofobia, a assimilação dos modelos europeus, a rejeição destes modelos, a valorização da cultura popular, o conservadorismo político, as posições de esquerda, a defesa do patrimônio econômico, a procura da originalidade etc.

Antonio Candido (2005)

Pensar em nação e nacionalismo significa pensar em contradições. Conforme argumenta Benedict Anderson (2008), apesar da concordância unânime acerca da existência do nacionalismo, há muita discordância e disputa acerca não só dos conceitos de nação e nacionalismo, como também da

relevância de seu uso político⁶. Ainda segundo Anderson, “sua difusão global [do nacionalismo] ora é interpretada pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação” (BALAKRISHNAN, 2000, p. 7).

Apesar de não aprofundar neste trabalho o debate acerca do conceito de nação, é preciso esclarecer o modo como ele é por mim compreendido e desenvolvido no âmbito desta pesquisa. Em primeiro lugar, é preciso compreender que as teses essencialistas acerca da nação (RICUPERO, 2004, p. 22), foram a base ideológica da difusão dessa ideia no Brasil. Entendo, no entanto, que essas concepções limitariam o nível de análise à superfície da questão, por dar a ver apenas as motivações mais evidentes e explicitamente declaradas da difusão do nacionalismo no Brasil.

Essa limitação exige, portanto, a busca de referenciais teóricos que me permitam inquirir a relação entre formação da nação e formação da literatura em sua forma complexa, contraditória e profunda. Nesse sentido, são fundamentais as reflexões desenvolvidas por Benedict Anderson (2008), que, ao considerar a nação como uma comunidade politicamente imaginada, põe em evidência o caráter ideológico, político e culturalmente fabricado da nação. O grande ganho dessa concepção está em articular elementos muitas vezes tratados de forma isolada em outras teorias; falo principalmente dos aspectos históricos, psicossociais, econômicos, sociais e culturais relativos à construção da nação.

Sendo assim, na minha concepção e para fins de análise, a nação será compreendida como um fenômeno eminentemente moderno, vinculado ao desenvolvimento do capitalismo, e que consiste numa realidade social historicamente construída (imaginada), com base em aspectos políticos e culturais variáveis, via de regra buscando a mediação entre o Estado e a população em um processo de unificação de aspectos como história, cultura, território, língua.

O foco da análise recai, portanto, nos elementos do processo de construção da nação vinculados à cultura em geral e à literatura em particular. Em outras palavras, o propósito subjacente às análises por mim empreendidas

⁶ Cf. análise de Bernardo Ricupero (2004) acerca da história do conceito de nação e de suas implicações políticas.

foi sempre verificar o modo como literatura e cultura foram mobilizadas no processo de consolidação da hegemonia do Estado na construção da nação e que imagens e projetos de nação foram expressos *na* e *pela* literatura.

O nacionalismo literário, como veremos, segue a mesma lógica. Situa-se, contraditoriamente, entre a busca dos caracteres mais especificamente brasileiros e a inevitável influência da tradição cultural ocidental. Basta lembrar, por exemplo, que o programa nacional romântico foi gestado em Paris por um grupo de intelectuais liderado pelo francês Ferdinand Denis.

No entanto, as contradições do nacionalismo (literário ou não) são ainda maiores, passam pelo complexo debate acerca de sua continuidade ou ruptura, de seu uso como instrumento de dominação ou como mecanismo de resistência ao imperialismo.

1.2 “NESTA TERRA, EM SE PLANTANDO, TUDO DÁ”: A TERRA PROMETIDA, A PÁTRIA DAS LETRAS

Na famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, quando da descoberta do Brasil, já estão presentes marcas do que viria a ser a trajetória do desenvolvimento das letras e de sua posterior relação com a construção da nação brasileira. Há nesse documento um deslumbre em relação ao país, obviamente marcado pelo ponto de vista do colonizador, que viria a se tornar um dos alicerces de boa parte da produção literária posterior. Do mesmo modo que essas novas terras passavam a ser vistas como “o paraíso”, desenvolveu-se também a noção de que o Brasil estava predestinado a se tornar a pátria das letras (CANDIDO, 2006b).

Durante a primeira fase colonial do Brasil, a literatura feita em terras brasileiras será muito mais filiada à tradição portuguesa e europeia que ao Brasil; além disso, ainda não havia no país as condições minimamente necessárias à configuração de uma literatura nacional. Nas palavras de Antonio Candido, as obras desse período são antes manifestações literárias em terras brasileiras que literatura brasileira propriamente dita (CANDIDO, 2006a, p.25).

A importância das manifestações literárias diz respeito sobretudo ao desenvolvimento de certo sentimento localista entre os colonos e também ao processo de transfiguração da realidade, responsável pelo “veio da exaltada

celebração do país, que durante quase três séculos serviu de compensação para o atraso e o primitivismo reinantes" (CANDIDO, 2006a, p.23).

No interior do processo de formação da literatura brasileira, Candido aponta um duplo movimento:

De um lado, a visão da nova realidade que se oferecia e devia ser transformada em "temas", diferentes dos que nutriam a literatura da Metrópole. Do outro lado, a necessidade de usar de maneira por vezes diferente "as formas", adaptando os gêneros às necessidades de expressão dos sentimentos e da realidade local. (CANDIDO, 2004, p.14-15)

Esse processo, ao qual Candido chama de "dialética local-universal", isto é, a relação entre a forma europeia e a matéria local, será fundamental para a formação da literatura nacional. O trabalho dos escritores para a adequação da forma estrangeira à matéria local será um grande impulsionador do desenvolvimento da literatura brasileira propriamente dita. Porém, como veremos adiante, o sistema literário nacional se configura plenamente apenas quando, ao lado do desenvolvimento de condições de produção e circulação das obras, os escritores já podem buscar recursos em seus predecessores nacionais, configurando uma tradição local (CANDIDO, 2004, p.26).

1.3 DUPLA FILIAÇÃO E EMPENHO: AS RAÍZES DO NACIONALISMO LITERÁRIO

O estudo das obras vinculadas ao Arcadismo me levou à constatação de que, naquele momento, a questão colocada ainda não era exatamente o nacionalismo, haja vista que o país encontrava-se então na condição de colônia, estando política e economicamente sob os influxos de Portugal. Contudo, apesar da condição colonial, é possível vislumbrar as raízes do nacionalismo romântico no empenho da literatura árcade. Em outras palavras,

existe já no ápice do Arcadismo a configuração de um sentimento nativista, que será o germe da vontade de tornar o país e a literatura independentes.

O conceito de empenho é fundamental para se pensar o papel da literatura no projeto de construção da nação; pois, conforme argumenta Antonio Candido, o projeto de construir uma literatura independente da de Portugal também foi o de construir uma nação. O crítico explica que com "empenho" não quer dizer que a literatura "seja social ou deseje tomar partido ideologicamente"; na verdade, com esse conceito ele pretende mostrar que a literatura nesse momento

É toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país. Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração **nacional** (CANDIDO, 2006a, p.20, grifo meu).

Essa observação é essencial para a investigação desenvolvida nesta dissertação. Partindo da constatação de que desde o Arcadismo o fazer literário no Brasil esteve intimamente ligado ao processo de construção de uma nação, é possível analisar os termos em que se constrói a literatura arcádica empenhada, haja vista que me interessa sobretudo saber qual modelo de país estava no horizonte dos árcades e qual foi, de fato, a contribuição que a literatura deu a este processo.

A literatura chega ao Brasil como uma imposição, como parte do conjunto de ações das quais os colonizadores lançaram mão para se instalarem no Brasil e garantirem seu domínio político, cultural e econômico, inserindo-se, dessa forma, no processo de configuração da hegemonia, num primeiro momento da Coroa portuguesa e, a partir da Independência, da classe dominante nacional (CANDIDO, 2006b, p.200; SCHWARZ, 2005, p. 131; RICUPERO, 2004).

Durante o Arcadismo, no que diz respeito à literatura de forma mais específica, é importante notar que a dialética local-universal se configura da seguinte maneira: a forma literária que chega ao Brasil se encontra num estágio de grande refinamento técnico e erudito na Europa, é o auge da forma classicista, que buscava retornar aos padrões gregos e romanos. Nesse

momento, está em voga a convenção estética das formas fixas, principalmente por meio da normatização de procedimentos formais e da escolha de temas.

A compreensão desse momento é importante, porque possibilita verificar que, para ser bem aceito socialmente, o escritor tinha que buscar atender adequadamente as "normas formais universais". Por outro lado, o estudo da dialética entre forma e conteúdo nos ensina que aquela está sempre buscando ajustar-se adequadamente a este, e no Brasil não foi diferente. A forma clássica importada quando chega às nossas terras encontra uma matéria que não se ajusta a ela, sendo que essa inadequação entre forma européia e conteúdo nativo terá várias conseqüências positivas por um lado e negativas por outro. Um dos principais benefícios da importação da forma clássica foi que a literatura produzida aqui pôde alcançar um bom nível em um período de tempo relativamente curto. Uma das principais desvantagens foi o fato de o estilo com ares eruditos e rebuscados se colocar como uma barreira a mais na difusão da literatura.

1.4 “OS HOMENS QUE AQUI ESCREVEM NÃO ESCREVEM COMO OS DE LÁ”: O PROGRAMA NACIONAL ROMÂNTICO

Será com o Romantismo que a questão nacional vai ser colocada de fato como um problema de primeira ordem⁷. Sob o influxo dos movimentos de libertação nacional ocorridos na América, associado à proclamação da Independência do Brasil em 1822, inspirado pelos ideais oriundos da Revolução Francesa e do liberalismo econômico, e herdeiro do movimento romântico na Europa, o Romantismo brasileiro é marcado indubitavelmente pelo nacionalismo literário. O desejo de emancipar a literatura brasileira da portuguesa e de consolidar a soberania do país será o carro-chefe dessa estética.

Dessa forma, analiso neste item o modo como o nacionalismo se apresenta como material estético ao Romantismo e como este se relaciona

⁷ As reflexões desenvolvidas aqui se fundamentam essencialmente nos estudos de Antonio Candido (2006a) e Bernardo Ricupero (2004), de forma que limitaremos as referências explícitas apenas às citações diretas.

com os principais projetos políticos de construção nacional gestados ao longo do século XIX no Brasil.

Como já foi mencionado, o grande impulso do Romantismo brasileiro foi o movimento de Independência do Brasil. Nesse momento, conforme aponta Bernardo Ricupero, “realizada a independência política, resta adequar a cultura brasileira à nova condição” (RICUPERO, 2004, p. 85). A construção política de uma nação independente motivará os escritores a realizarem também no plano estético uma afirmação nacional. É nesse contexto que se desenvolve o que Antonio Candido chamou de “senso de dever patriótico”, ou seja, os escritores românticos se integravam num processo mais amplo de construção da nação e eram levados “não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras contribuição para o progresso” (CANDIDO, 2006a, p. 328).

Animados pela missão histórica de, por meio das Letras, contribuir para a emancipação política e “espiritual” do país nascente, os escritores irão incorporar à atividade estética alguns elementos fundamentais; será o momento da criação de símbolos, história, cultura, identidade e, evidentemente, literatura próprios. Tratava-se então de “construir uma vida intelectual na sua totalidade, para progresso das Luzes e conseqüente grandeza da pátria” (CANDIDO, 2006a, p. 329).

Conclui-se daí que a atividade letrada desempenhou papel fundamental nesse momento histórico, sendo um dos pilares da classe dominante àquele momento no processo de constituição de uma hegemonia. Para corroborar o argumento, vale observar que “a hegemonia, para ser segura, para ser completa, não pode limitar-se apenas à dominação, precisa também funcionar como direção intelectual e moral.” (RICUPERO, 2004, p. XXIII). É justamente aí que entra a literatura romântica (contraditoriamente constituída); pois, tendo cabido a ela papel tão importante nesse período, conclui-se que esteve no centro do processo de “imaginação”⁸ da comunidade brasileira.

Saindo do campo de caráter mais histórico-sociológico e entrando nos domínios da estética literária, observam-se alguns elementos gerais que constituíram literariamente a expressão nacionalista: indianismo, exaltação da natureza, regionalismo. É sempre relevante ressaltar que tais elementos

⁸ Cf. o conceito de nação como “comunidade imaginada” em Benedict Anderson (2004).

atuaram dialeticamente: por um lado, possibilitaram a fixação de traços do caráter nacional brasileiro, por outro, atuaram muitas vezes como “ilusão compensatória”, fundamentada numa “consciência amena do atraso” brasileiro (CANDIDO, 2006b, p.176).

Em contrapartida à sua importância histórica, principalmente em relação à formação do sistema literário brasileiro, o programa romântico, de um modo geral, acabou por configurar um país em bases de cunho pitoresco, exótico e estereotipado: veja-se, por exemplo, o tratamento dado ao negro e ao índio nesse momento.

A incorporação estética do indígena possibilitava a imaginação de um passado mítico para a nação em construção, amenizava o conflito colonizatório e, como já estava marginalizado da sociedade, não produzia o incômodo que o negro, escravizado (contraditoriamente convivendo com os ideais liberais importados da Europa), traria incorporado à literatura. Vale lembrar também que foi essa a simbologia incorporada ao imaginário das elites no processo de consolidação da hegemonia e que, gradualmente, foi transformada em senso comum (GRAMSCI, 1981, p. 35-38).

A argumentação desenvolvida até aqui revela, portanto, que o modo como o Romantismo articula-se ao nacionalismo é essencialmente contraditório: por um lado, existe o desejo de construir uma nação livre e soberana, por outro, não se verifica qualquer interesse em abandonar a estrutura social fincada no escravismo e em incorporar a população marginalizada ao projeto de nação em construção, ou melhor, essa população estava incorporada, mas com espaço e funções muito bem demarcadas: classe trabalhadora servil.

1.5 O INSTINTO DE NACIONALIDADE

No balanço que elabora da literatura brasileira produzida até sua época (1873), Machado de Assis se propõe estudar uma característica da literatura produzida no Brasil até então e que ele identifica como “instinto de nacionalidade”, ou ainda, “o geral desejo de criar uma literatura mais independente” (ASSIS, 1997, p. 21).

Comentando as contribuições de autores como frei José de Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonçalves Dias e José de Alencar, o escritor ressalta o modo como a figura do índio aparece em nossa literatura. Machado chama a atenção do leitor para o fato de a crítica de sua época só reconhecer “espírito nacional nas obras que tratam de assunto local”, quando na sua opinião, e isso é talvez a sua maior contribuição nesse artigo, “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1997, p21). Com isso o escritor procura assinalar que, para falar do país, das mazelas sociais, das crueldades da escravidão, das contradições do progresso, etc., não é necessário falar diretamente dos índios, dos negros, das mulheres e assim por diante: a nacionalidade deve ser buscada no país profundo e não na superfície de suas cores e belezas naturais.

Machado de Assis tem o mérito de livrar a literatura brasileira das amarras de certo nacionalismo tacanho desenvolvido ao longo do Romantismo, muito preocupado em celebrar o país novo e as promessas que se faziam para a nação em construção. O escritor consegue dar um aproveitamento notável à literatura brasileira produzida até então e também a toda a tradição/influência das Letras ocidentais (inevitável, diga-se de passagem) por meio de uma superação dialética, isto é, ele consegue dar um salto qualitativo em relação aos predecessores realizando esteticamente, por via negativa, uma representação crítica do Brasil. De fato, o escritor carioca não se vale do tema indígena, não traz o colorido das matas selvagens, não se aventura pelo interior do país em busca do específico regional, mas consegue, por meio do trabalho estético, da síntese entre forma literária e processo social, representar as fraturas da nação brasileira.

Em Machado há uma radicalidade negativa, a qual durante muito tempo foi erroneamente interpretada como pessimismo niilista, que supera a visão nacionalista eufórica do país. Observa-se, então, que a concepção de nação apresentada por Machado é muito mais complexa do que a dos românticos. Ele já está em condições de perceber e, principalmente, de formular literariamente a crítica a um projeto de nação construído com bases na modernização conservadora, nas promessas de progresso e emancipação que nos chegavam

do pensamento europeu e que eram aqui reelaboradas como “ideologia de segundo grau” (SCHWARZ, 2000, p. 18-19).

1.6 ENTRE O PROGRESSO E OS SERTÕES

Apesar de o estudo do nacionalismo em *Os Sertões* representar o cerne desta dissertação e de ser bastante aprofundado no capítulo terceiro, parece indispensável sua inserção neste histórico diacrônico do nacionalismo literário, por duas razões: a fim de garantir a coerência da argumentação e, principalmente, pelo que o livro representou historicamente em termos de investigação do país e de imaginação nacional.

Ao mesmo tempo em que dá continuidade à vocação extensiva do romance nacional, desenvolvida pelos românticos, que contribuíram para a formação de um imaginário de nação que se estendia desde *O gaúcho* até *O sertanejo*, ambos de José de Alencar, Euclides tem o mérito de, além de tirar o foco literário de sua época da região Sudeste e ampliá-lo para as regiões Norte e Nordeste, configurar literariamente, em uma forma diversa da ficção regionalista pitoresca e amena, a reflexão do país como um todo não-orgânico.

Euclides da Cunha dá seqüência, ainda que com especificidades e contradições, ao projeto de nação e à consciência de atraso desenvolvidos por Machado de Assis. Foi com a publicação de *Os Sertões*, inicialmente um conjunto de impressões e anotações sobre a Guerra de Canudos (1893-1897), que Euclides entrou para a história como um dos mais importantes intérpretes do Brasil. Nessa obra, o escritor, a partir da análise da “terra”, do “homem” e da “luta”, e até então completamente mergulhado nas ideologias em voga à época, tais como o cientificismo e o positivismo, equaciona os termos da contradição do projeto de nação vigente ao se confrontar com os apelos da cruel realidade da população que habitava Canudos: uma população de “desterrados em sua própria terra”, abandonada pelo centro político e comercial do país, que se transferira para as regiões Sudeste e Sul, e posta à margem dos projetos de nação construídos até então (e dos projetos posteriores também).

De saída, podemos apontar que Euclides registra a falta de rumo do país, observa que o progresso não é para todos e faz da descoberta do Brasil

esquecido um programa de vida. Alguns anos após a volta da Guerra de Canudos, Euclides, chefiando a missão exploradora do Alto Purus, na Amazônia, se depara com outro quadro espantoso, o da vida dos homens em meio a uma natureza inóspita e longe da “civilização” brasileira, homens que, enfim, estavam à margem da história, e da literatura, como sublinha Milton Hatoum (2002).

Conforme aponta Luciana Murari,

O impacto de *Os Sertões* entre a intelectualidade do país transformou a narrativa da guerra de Canudos na pedra fundamental de um programa de reversão do olhar europeizante da elite brasileira em favor de um olhar para dentro, que permitiria alcançar a essência da nacionalidade. O caráter polissêmico do termo sertão, que remete a referências geográficas, demográficas e culturais, contribuiu para que ele se tornasse portador de uma série de significados simbólicos que se alternam entre a valoração positiva de uma sociedade autônoma e originalmente brasileira, e a valoração negativa, que representou o sertão como antítese e possível entrave a uma desejada civilização moderna sempre por construir. A seu isolamento se liga a imagem da barbárie, da inobservância das disposições legais e do afastamento – geográfico, na base, político, no sentido – em relação ao poder público e aos esforços modernizadores. (MURARI, 2007, p. 96)

No entanto, em se tratando de literatura nem tudo são flores, menos ainda quando se trata de Euclides da Cunha. Ressalvados os aspectos críticos presentes em sua obra, não podemos esquecer o outro gume euclidiano. O escritor paulista incorporou como poucos a ideologia de sua época, e isso nos salta aos olhos a cada página de *Os Sertões*. Transferindo sua fé da religião para a ciência (ou cientificismo), o autor elabora uma interpretação do país bastante determinista, apresentando em muitos pontos o atraso brasileiro como fruto unicamente de causas “naturais” (debilidade de raça, clima, relevo etc.) e que, portanto, não poderiam ser modificadas.

Ousando um pouco, poderíamos dizer que a obra de Euclides é o mais perfeito espécime (para utilizar sua terminologia) do que significou a questão nacional para a literatura brasileira, cuja maior marca é, como dissemos, a

contradição. Em sua obra convivem tensamente elementos que vão desde um ufanismo patrioteiro a alguns dos momentos de mais alta negatividade da literatura brasileira

1.7 FANTASIAS DE NAÇÃO: ANTROPOFAGIA E VERDE-AMARELISMO

O ponto de partida de minha reflexão acerca do Modernismo brasileiro encontra-se na síntese feita por Alfredo Bosi, para quem esse movimento seguiu duas direções, a saber, liberdade formal e ideais nacionalistas (BOSI, 1985, p. 380). Interessa-me aqui particularmente a segunda direção. Com base nela, buscarei evidenciar em que consistiu o projeto nacional modernista, a partir do enfoque do “primeiro modernismo”.

Embalados pelas transformações sociais impulsionadas pelo fim da Primeira Guerra Mundial, sobretudo as inovações tecnológicas e a modernização das cidades, sob influxo das vanguardas européias e do centenário da Independência, os modernistas brasileiros promoveram a “reavaliação da cultura brasileira” (CANDIDO, 2004, p.88). Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos principais elementos constitutivos dessa reavaliação foi o nacionalismo literário, que mais uma vez relacionou-se com a literatura de maneira tensa e contraditória.

Partindo dos consensos para chegar às divergências, observa-se no interior do movimento modernista uma declarada aspiração de reformulação das bases da nação brasileira: de modo geral, os modernistas criticavam as escolas literárias predecessoras, lutavam por uma língua própria e buscavam nas tradições culturais populares e no folclore a formulação de uma verdadeira cultura nacional.

Nesse período, a construção da nação havia novamente se tornado um elemento fundamental na atividade literária. As obras de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto haviam chamado a atenção para o caráter perversamente inconcluso da nação brasileira, mostrando a necessidade da conclusão desse projeto. É, então, nessas condições que se desenvolve o nacionalismo literário modernista: a missão agora é dar conta das terras ignotas, dos desterrados em sua própria terra, da grande leva de imigrantes,

etc. Haverá, no entanto, muita divergência em relação a como realizar, nos planos sócio-econômico e estético, a incorporação de todos esses elementos à comunidade imaginada brasileira.

Poder-se-ia dizer que a comunidade nacional do Brasil já estava àquela época, ao menos política, econômica e juridicamente, imaginada; porém, socialmente o que se via era a marginalização de grande parte da população em detrimento de uma pequena parcela de privilegiados: a elite político-econômica, que podia gozar, ainda que com restrições, das realizações de algumas das promessas que o Estado-nação europeu colocava desde seu surgimento (liberalismo econômico, autodeterminação individual, etc.).

Apresento a seguir uma breve abordagem das concepções nacionalistas - políticas e estéticas - de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e do grupo Verde-Amarelo, ícones do Modernismo e representantes de três atitudes distintas face à questão nacional. Conforme argumentação de Mônica Velloso, as concepções nacionalistas modernistas dividem-se em dois grandes grupos: um vinculado a uma interpretação histórico-temporal da nação (grupo Pau-Brasil), e outro vinculado a uma interpretação espacial da nação (grupo Verde-Amarelo).

Centrando a argumentação basicamente em torno de Mário de Andrade e Cassiano Ricardo, vinculado ao grupo Verde-Amarelo, Velloso aponta que o debate nacionalista mais uma vez girou em torno da questão do “específico brasileiro” em detrimento da “influência estrangeira”⁹ e vice-versa.

A concepção de nação do grupo Pau Brasil, grosso modo, intentava incorporar criticamente o dado estrangeiro para, por meio da Antropofagia, constituir o dado brasileiro. Houve a intenção de dar um aproveitamento tanto ao nacional quanto ao estrangeiro, tendo Mário de Andrade desenvolvido, inclusive, uma reflexão teórica bastante sofisticada a esse respeito, fundamentada nas idéias da “entidade nacional brasileira” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.191) e na idéia da “desgeografização”.

Segundo Velloso,

⁹ Para uma análise mais profunda da questão da originalidade, veja-se o ensaio “Nacional por subtração”, de Roberto Schwarz (2005).

Através da teoria da "desgeografização", Mário propõe uma nova maneira de se pensar o Brasil. Até então a literatura regional vinha interpretando a realidade a partir da geografia e do meio ambiente, priorizando sempre o fator espacial. Agora, entram as questões temporal e histórica. De acordo com esse universo conceitual, Mário procura interpretar o Brasil, situando-o no quadro internacional. (VELLOSO, 1993, p. 10)

Essa teoria de Mário revela-se como uma tentativa de configurar uma síntese entre o local e o cosmopolita (de modo bastante similar à concepção machadiana). Mário irá, de fato, na grande obra que é *Macunaíma*, realizar esse projeto. Aliando cultura popular e folclore a uma vasta erudição, o escritor paulista configura em *Macunaíma* uma composição estética capaz de dar a ver as contradições da nação brasileira: veja-se, por exemplo, a ironia em relação à "literatice" na "Carta pras icamiabas", sua abordagem da questão racial, as viagens de Macunaíma pelo Brasil como que desfazendo as amarras geográficas, a crítica feita à modernização perversa, etc. (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.188-209).

A concepção do grupo Verde-Amarelo segue um caminho diverso, decaindo para um conceito muito positivo do significado de ser brasileiro. Nessa concepção, a grandiosidade do país, das terras, das matas (o dado geográfico) faziam frente à história do país, nada grandiosa, marcada pelos estigmas da colonização e da escravidão. De acordo com essa concepção, dever-se-ia manter, via regionalismo, uma essência nacional em contraposição a tudo que viesse de fora, configurando, desse modo, uma identificação entre nação e território e uma volta às mais ingênuas (mas não inofensivas) concepções de nação românticas.

A consequência de tal pensamento era a amenidade crítica e o apagamento das contradições nacionais. O Brasil verde-amarelo (mas também muito do Brasil antropofágico de Oswald) continuava a ser o país do futuro. Nas palavras de Velloso:

No ideário verde-amarelo, o Brasil sempre é apontado como motivo de orgulho: de um lado, ele é o gigante, de outro a criança. Apesar da aparente disparidade, as metáforas convergem para uma idéia matriz:

a de potencialidade. Quando o gigante acordar, quando a criança crescer... (VELLOSO, 1993, p. 13)

Apresentando uma visão mais aberta ao cosmopolitismo, encontra-se Oswald de Andrade, cuja concepção da Antropofagia, já exposta anteriormente, foi uma das maiores contribuições ao projeto de construção nacional modernista. Essa concepção aparentemente possibilitava uma síntese entre elementos locais e estrangeiros (de fato muito fecunda), e desde então tem sido saudada pela maior parte da crítica e dos leitores como dado sumamente positivo. Gostaria, no entanto, de trazer à tona o outro lado da questão, que é a frágil eficácia estética em muitos pontos da *Poesia Pau Brasil*, apontada com muita acuidade por Francisco Foot Hardman (2000) e Roberto Schwarz (1987).

Os autores apontam que, apesar das intenções de configurar uma nova nacionalidade e de “tirar o país do estado de irrelevância” (SCHWARZ, 1987, p. 26), a poesia pau-brasil acaba amenizando conflitos e conciliando o inconciliável, configurando o que o mesmo Schwarz chama de “visão encantada do Brasil” (p. 21). Segundo Hardman,

a poesia pau-brasil e antropófoga acaba incorporando, com sinais trocados, um índio idealizado e um negro domesticado (...) homogeneizando diferenças culturais e aplainando temporalidades estanques, com todos os seus conflitos antagônicos sublimados, no constructo textual maleavelmente plástico de uma “geléia geral brasileira” (HARDMAN, 2000, p. 322).

Vemos, portanto, que o nacionalismo literário, e todas as questões a ele relacionadas, continuaram sendo também durante o Modernismo um elemento bastante contraditório, alvo de muitas disputas e divergências, tendo sido, nesse momento e nas décadas seguintes, muito utilizado pela direita (descambando para o integralismo e o fascismo tupiniquim) com determinada acepção e, por outro lado, também pela esquerda, com outro significado, aqui mais ligado à interpretação do país, tomada de consciência de nossos problemas e resistência ao imperialismo (CANDIDO, 2004b).

1.8 OUTRAS DESCOBERTAS DO BRASIL: AS CONSCIÊNCIAS CATASTRÓFICA E DILACERADA DO ATRASO

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, ocorrem muitas mudanças no significado de nação e nacionalismo no Brasil e no mundo. A primeira-guerra mundial não solapou as disputas entre as nações imperialistas, pelo contrário, fez com que algumas questões se tornassem ainda mais agudas. Acirram-se as diferenças entre as nações; é o terrível momento da xenofobia levada ao extremo pelo nazi-fascismo. No Brasil, além das reverberações desses acontecimentos, passamos pela ditadura Vargas (período de muito populismo e nacionalismo patrioteiro) e vemos o Brasil se render de vez aos Estados Unidos, perdendo cada vez mais suas possibilidades de soberania.

Ao longo desse período, observa-se uma gradual transformação na concepção de nação presente na literatura brasileira, que passa diretamente pela mudança de posição no que diz respeito à interpretação do atraso brasileiro: é o momento do que Antonio Candido chamou de “consciência do subdesenvolvimento” (CANDIDO, 2006b, p.169).

A consciência do subdesenvolvimento é apresentada como sendo composta por dois estágios distintos, a consciência catastrófica e a consciência dilacerada do atraso. A consciência catastrófica corresponde, na literatura, a um posicionamento estético diverso do que vinha se apresentando até então. Nas palavras de Candido:

O que os caracteriza [os escritores da década de 1930] (...) é a superação do otimismo patriótico e a adoção de um tipo de pessimismo diferente do que ocorria na ficção naturalista. Enquanto este focalizava o homem pobre como elemento refratário ao progresso, eles desvendam a situação na sua complexidade, voltando-se contra as classes dominantes e vendo na degradação do homem uma conseqüência da espoliação econômica, não do seu *destino* individual (2006b, p.193).

Já a consciência dilacerada do atraso corresponde a um acirramento dessas tendências que já vêm anunciadas na consciência catastrófica. Neste momento, a nova consciência implica esteticamente a superação de certo naturalismo nativista fruto de "uma época onde triunfava a mentalidade burguesa e correspondia à consolidação das nossas literaturas" (CANDIDO, 2006b, p.195).

Trata-se, portanto, de um processo de acirramento das contradições que envolvem a relação literatura/ nação. No entanto, os influxos do momento histórico brasileiro e mundial desse período terão conseqüências problemáticas para essa relação. A cultura acompanhará algumas das transformações do capitalismo mundial, que envolvem, entre outras coisas, a crise do Estado-Nação (mas não seu fim); nesse momento, também as tendências pós-modernistas ganham cada vez mais prestígio e passam a constituir as manifestações culturais e ideológicas hegemônicas. As implicações desse novo quadro para a produção literária em sua relação com a questão nacional serão analisadas no próximo tópico.

1.9 MULTICULTURALISMO *VERSUS* NACIONALISMO: A LÓGICA TRANSNACIONAL DA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

A crise do marxismo, o advento do pós-modernismo e o novo estágio do capitalismo, por alguns entendido como "capitalismo tardio", baseado numa internacionalização do capital cada vez maior, respondem por grandes transformações no entendimento da cultura, ou ao menos nas concepções de cultura (JAMESON, 2006).

Ao lado de uma série de complexos fatores, as ditaduras ditas "socialistas", principalmente a União Soviética de Stálin, contribuíram para, em muitos momentos, transformar o marxismo num dogma e esvaziá-lo de alguns de seus componentes mais importantes: o materialismo dialético e a práxis.

Os equívocos no interior do marxismo foram um prato cheio para a burguesia mundial estender ainda mais sua rede ideológica e deslegitimar a

luta dos trabalhadores por uma transformação radical da sociedade. A luta de classes passou a ser entendida como algo ultrapassado e as reivindicações socialistas foram transformadas em meras utopias.

No entanto, a massa de explorados continuava a existir, e a insatisfação também. O que ocorre com elas? Por meio de uma fragmentação cada vez maior, levam-se às últimas conseqüências as potencialidades de conceito liberal de indivíduo; de modo que lutas coletivas transformam-se em problemas cada vez mais particulares. A nova palavra de ordem, repetida e inculcada à exaustão, passou a ser a busca dos próprios interesses, ou na melhor das hipóteses, dos interesses do seu “grupo”. Estão lançadas as bases de um dos pilares da pós-modernidade: a fragmentação, cujo maior lastro político são as lutas das minorias desvinculadas de questões de classe.

Cabem aqui parênteses importantes. As demandas das chamadas “minorias” (combate ao racismo, ao machismo, à homofobia, à xenofobia, etc.) foram, sim, muito mal interpretadas pelo marxismo ao longo do século XX (e continuam a ser até hoje, diga-se de passagem, pelas alas mais conservadoras), tendo sido na maioria das vezes renegadas em nome de uma pouco refletida premência da luta de classes. Porém, essas demandas são reais, urgentes e precisam de soluções. Não se trata aqui de uma disputa passional para decidir qual problema é mais importante. O século XXI, com sua nova (?) ordem mundial, impõe à filosofia da práxis a investigação das inter-relações existentes entre todas essas questões. Uma vez que a fragmentação é, hoje, um dado do real, torna-se necessário encontrar meios de reverter essa situação no sentido de reorganizar as lutas sociais visando à transformação radical da sociedade.

Fechando os parênteses, passo a situar a cultura em geral e, mais especificamente, a literatura, a crítica e o nacionalismo literário no âmbito dessa discussão. Nos últimos anos vêm ganhando força os chamados “estudos culturais”, que buscam construir (ou desconstruir?) novos parâmetros de literatura, reivindicando a legitimidade das mais diversas manifestações artísticas dos grupos subalternos e para esses grupos.

Em um acurado estudo acerca dos estudos culturais, Leyla Perrone-Moisés (2007) chama a atenção para alguns dos equívocos mais freqüentes desses estudos; equívocos que, sinteticamente, consistem em uma fácil e

perigosa troca de sinais. Explico melhor: esses estudos tendem a considerar a vasta tradição cultural do Ocidente um mal, tomam-na como manifestação etno e falocêntrica, que deve ser combatida e automaticamente recusada por, entre outras coisas, não *representar* os grupos subalternos.

No que diz respeito mais diretamente à relação entre literatura e nação, percebem-se nas últimas décadas um movimento de recusa ao nacionalismo e uma tentativa desesperada de inserção das culturas dos países periféricos na “aldeia global”. As boas graças da crítica estão voltadas para as obras que aderem à onda multicultural. Na esteira de Michel Foucault, Homi Bhabha, Jacques Derrida, etc., uma das bandeiras dessa crítica tem sido jogar por terra, por exemplo, a potencialidade crítica e de resistência presente nas questões que envolvem o nacionalismo e o nacionalismo literário, tomando-os simplesmente como “grandes narrativas” mitificadoras.

Outro aspecto fundamental dessa questão é “angústia da influência” (ou imitação), que sempre foi um problema para a literatura dos países subdesenvolvidos (ex-colônias), mas que no âmbito da crítica culturalista tende a simplesmente desaparecer. Não porque o conflito tenha deixado de existir, mas porque, de acordo com essas teorias, em termos de cultura não há mais modelos nem imitações, anterior ou posterior, melhor ou pior. Elas apelam para a ideia de que existe um grande intertexto, em que todas as manifestações artísticas possuem o mesmo valor e a mesma importância (SCHWARZ, 2005, p.118).

Conforme argumenta Roberto Schwarz, não é preciso ir muito longe para verificar o engodo de tal proposição. Numa tentativa de superação do dado concreto da dependência, da influência e do subdesenvolvimento, a adesão a essas teorias representa uma perigosa diluição dos conflitos: ao buscarem “soluções imaginárias para problemas reais”, permanecem adstritos à ilusão compensatória de que a globalização representa igualdade de condições em termos econômicos ou culturais.

Observa-se, portanto, que o nacionalismo é, de fato, uma faca de dois gumes, fazendo-se notar ora por seus aspectos mais positivos, como nas lutas por libertação nacional, ora por seus aspectos mais cruéis, como nos assassinios xenófobos. Não se trata aqui de ser maniqueístas, ser totalmente contra ou totalmente a favor do nacionalismo, mas sim de, por meio do

pensamento dialético, compreender suas motivações históricas, seus desenvolvimentos, seus erros, acertos e possibilidades em cada país.

Apesar da pretensa “globalização” sugerir que o nacionalismo está com os dias contados, o que se tem visto é justamente o contrário. As grandes potências mundiais estão cada vez mais se fechando em suas redomas nacionalistas, impondo barreiras comerciais protecionistas, expulsando imigrantes, intervindo militarmente em outros países com o pretexto de “defender a pátria”, dentre outras calamidades.

Nesse contexto, creio continuarem plenamente atuais as palavras de Antonio Candido quando diz que:

Hoje, nacionalismo é pelo menos uma estratégia indispensável de defesa, porque é na escala da nação que temos de lutar contra a absorção econômica do imperialismo. Ser nacionalista é ser consciente disto, mas também dos perigos complementares. (CANDIDO, 2004b)

E quais são os caminhos da literatura nesse contexto? Evidentemente, não se pode ditar o que e como se deve escrever (o que seria desastroso), mas penso caber a escritores e críticos o esforço de fugir da mesma ilusão ilustrada que caracterizou nossa literatura por tanto tempo e em tantos momentos. Ilusão que hoje se apresenta perversamente sob a máscara da “aldeia global multicultural” e leva a crer que simplesmente trocando os sinais, ou seja, considerando as culturas periféricas superiores às culturas centrais se dará a superação do subdesenvolvimento e da barbárie.

2 OS SERTÕES: NARRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

2.1 – AS ANTINOMIAS NARRATIVAS DE OS SERTÕES

Neste capítulo, analiso a composição narrativa de *Os Sertões*, buscando verificar a pertinência de minha hipótese inicial de trabalho, segundo a qual estaria no narrador (e em todos os elementos a ele circunscritos) a chave de compreensão dos elementos relativos ao nacionalismo presentes no livro. Faço inicialmente uma breve discussão teórica acerca do modo como compreendo a obra enquanto gênero discursivo. Em seguida, passo a investigar as características formais da obra, por meio da análise do modo como se articulam a focalização, as descrições, as modalizações discursivas, etc., abrindo caminho para as análises apresentadas no capítulo três.

Portanto, para além da discussão acerca do estatuto literário ou científico da obra, interessa-me analisar e interpretar a configuração narrativa de *Os Sertões* e suas implicações ideológicas¹⁰. O interesse por esse aspecto narrativo no âmbito deste trabalho justifica-se, dentre outros motivos, pela importância histórica desempenhada pelas narrativas fundadoras de boa parte das comunidades nacionais¹¹. No Brasil, essa missão foi amplamente incorporada pelos românticos e também pela intelectualidade da Belle Époque no Brasil, da qual Euclides é o maior expoente. Em termos gerais, compreendemos que *Os Sertões*, enquanto ensaio de interpretação do Brasil a partir da análise do episódio da Guerra de Canudos, constitui uma narrativa da formação inconclusa do Brasil enquanto nação.

Quase todos os críticos que escreveram sobre *Os Sertões* opinaram acerca de seu gênero. É o caso, por exemplo, de Leopoldo Bernucci (1998), que em “A ontologia discursiva de *Os Sertões*” defende a tese do hibridismo harmonioso de gêneros discursivos no livro de Euclides.

Já Luiz Costa Lima (2002), em “*Os Sertões*: ciência ou literatura”, argumenta contra a tese da dupla inscrição do livro como obra de ciência e de

¹⁰ Para uma visão geral acerca da relação entre estruturas narrativas e ideologia, remeto a *O narrador ensimesmado*, de Maria Lúcia Dal Farra (1978).

¹¹ A importância das narrativas escritas para a constituição das nações modernas é analisada por Benedict Anderson nos capítulos “Raízes Culturais” e “As Origens da Consciência Nacional” em *Comunidades Imaginadas* (2008).

literatura. O crítico demonstra, por meio de sua análise, que nesta obra o discurso literário aparece subordinado (como ornato) ao científico.

Em minha análise, partilho do ponto de vista de Luiz Costa Lima, conjugando-o à interpretação de Walnice Nogueira Galvão, para quem

[Os *Sertões*] é um epos submetido secundariamente ao gênero dramático: desde o começo coloca-se como narrativa, mas narrativa de um conflito, de uma guerra – portanto, entremeada de recursos do gênero dramático. Euclides, por sua vez, está fazendo o papel de tribuno da plebe, tomando partido numa guerra (GALVÃO, 2002, p. 386-387).

Assim, tendo as conclusões de Costa Lima como pressuposto, tomo o argumento de Galvão como ponto de partida para a análise da organização narrativa da obra. Os *Sertões* de fato constitui um epos, uma narrativa. Contudo, ao contrário do que seu argumento sugere, a narrativa de uma guerra não constitui por excelência matéria do gênero dramático, seja ele antigo ou moderno¹². A presença dos “recursos do gênero dramático” não é, portanto, um elemento intrínseco ao gênero épico, sendo preciso analisar e compreender seu funcionamento e suas implicações semântico-ideológicas dentro da obra.

A principal implicação estético-ideológica do recurso ao drama diz respeito justamente ao que Galvão chama de “papel de tribuno da plebe”:

O narrador reveste a persona de um tribuno, discursando para persuadir.

A persona de um tribuno num texto narrativo introduz o gênero dramático e seu *pathos*. O narrador confronta os leitores com sua enfática persuasão. Abre-se um espaço entre as alturas da tribuna e do auditório, e esse espaço é homólogo do espaço dramático entre o palco e o público. Não temos aqui a apresentação autoanuladora do narrador épico, que se apaga para que o narrado resplandeça, mas o gesticular patético do orador, afastado e elevado, em confrontação,

¹² Cf. “O drama”. In: *Teoria do drama moderno*, de Peter Szondi (2001).

querendo convencer. (...) Substantivamente épico, sem dúvida, mas devendo muito ao dramático, *Os Sertões* joga com esses dois gêneros literários e obtém desse encontro sua eficácia (GALVÃO, 2009, p. 38).

O elemento dramático na narrativa euclidiana desempenha, portanto, a função de introduzir o *pathos* do narrador, que, enquanto tribuno, mostra-se claramente interessado em persuadir e convencer o público de que o assalto contra Canudos fora um crime. Além disso, os recursos dramáticos, conforme aponta Nogueira Galvão e demonstro adiante, quebram o distanciamento do narrador épico, conformando o efeito de empatia.

Dessa modo, a análise revela que de fato Euclides assume o papel de “tribuno da plebe”, mas que, por outro lado, isso não é algo livre de contradições: “O que torna problemática a denúncia da guerra por parte de Euclides, é que ele desenvolve paralelamente um discurso de legitimação da mesma guerra” (BOLLE, 2004, p. 96). Essa antinomia será esmiuçada com mais profundidade adiante.

2.2 A “NOTA PRELIMINAR” E O ENQUADRAMENTO DO NARRADOR SINCERO

Os Sertões, como se sabe, nasce a partir do intuito de Euclides da Cunha de contar a “história da Campanha de Canudos” (OS, 2006, p. 9), ressalva feita pelo próprio autor na “Nota Preliminar”. Aqui, alguns elementos fundamentais já se evidenciam: o caráter *narrativo* de sua empreitada e o propósito *histórico* da narrativa. O autor, porém, ainda no primeiro parágrafo da nota informa que, decorrido certo tempo entre a campanha e a publicação, a narrativa dessa história teria perdido sua atualidade, o que o leva a tomar o episódio como “variante de assunto geral” e a tentar esboçar, “ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (OS, p. 9).

Após justificar esse objetivo, o autor esboça uma brevíssima explanação acerca dessas sub-raças, concluindo que, se são “Retardários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (OS, p. 9). Tal afirmação vem seguida de parágrafo em que o autor recorre ao sociólogo polonês Gumpłowicz para consolidar ainda mais o argumento de que, em nome da civilização, seria inevitável o esmagamento das raças fracas pelas fortes, haja vista a luta de raças ser a força motriz da história (OS, p. 10).

Como esse processo seria inevitável, a campanha de Canudos adquire a “significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa” (OS, p. 10). Logo em seguida, o autor justifica inclusive o fato de terem sido “filhos do mesmo solo”, em virtude das várias diferenças entre uns e outros, os responsáveis por levar a cabo essa tarefa:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica — o tempo (OS, p. 10).

Nesse parágrafo percebem-se já vários elementos de um ponto central da análise aqui empreendida: a questão nacional. Primeiramente, o autor reconhece o fato de sertanejos e habitantes da cidade serem “filhos do mesmo solo”, aspecto importante na caracterização das nações; em seguida, contudo, traz à tona elementos que marcam a desigualdade entre os habitantes do litoral, entre os quais ele se inclui, e os sertanejos: a indefinição étnica, a falta de tradições nacionais uniformes, a distância espacial (litoral *versus* sertão) e a disparidade tecnológica. Outros elementos que não podem passar despercebidos são a autocrítica que o autor faz em relação ao assalto e a

disparidade de tempos históricos entre interior e litoral.

A autocrítica é um aspecto fundamental do discurso narrativo em *Os Sertões*. Como o próprio Euclides explica em nota à segunda edição, o livro não era um livro de defesa (dos sertanejos), mas de ataque (ao exército, em particular, e à República, por ele representada). Como veremos adiante, não é sem contradições que o discurso autocrítico se configura na obra. Em muitos momentos, o autor, contrariando seu declarado propósito de atacar o assalto, acaba por defendê-lo, o que nos levará a, dentre outras coisas, pensar nos limites e nas antinomias do engajamento intelectual.

Em relação ao valor de separação do tempo enquanto coordenada histórica, Euclides sustenta a ideia de que os sertanejos estariam ainda em um tempo historicamente atrasado em relação à marcha da civilização. Conforme aponta Gláucia Villas Bôas:

Os Sertões parecem mostrar a existência de dois tempos que fundam duas sociedades, dois estilos de vida, duas culturas: interiorana e pastoril, litorânea e urbana. O primeiro deles é um tempo longínquo, afastado por três séculos do litoral, onde uma singela população mestiça – mais indígena e branca do que negra -, de vaqueiros fiéis aos seus padrões, vive melancolicamente seu dia-a-dia de labuta, suas festas e credices. O segundo tempo é o da guerra, embate violento da ‘civilização de empréstimo’ que representa a cultura urbana e moderna com a cultura sertaneja e mestiça de Canudos (VILLAS BÔAS, 1998, p. 5).

Na narrativa, essa dualidade entre os elementos acima citados configura, na verdade, uma tensão dialética, em que eles se mostram como pólos de contradições não resolvidas na própria sociedade. Vê-se, portanto, que essas contradições se colocam na obra como problemas formais. Não à toa se tem chamado *Os Sertões* de livro antitético ou de oxímoro, tamanha a complexidade da relação estabelecida entre texto e sociedade.

Encaminhando-se para o fim, a nota repentinamente quebra o fluxo da argumentação apresentada até então. O autor declara, de forma antitética ao que afirmara anteriormente, que a campanha fora, “na significação integral da

palavra, um crime”, e conclama: “Denunciemo-lo” (OS, p. 10).

Luiz Costa Lima chama a atenção para o flagrante aspecto contraditório da acusação de crime imputada ao exército, haja vista que o autor até então justificava a campanha baseado na inexorabilidade histórica da vitória da raça superior contra a inferior:

Se a comunidade, dizimada até ao último sobrevivente, estava fadada a desaparecer por ‘uma lei inexorável da História’, então o crime cometido pelos militares teria sido, no máximo, o de apressar uma morte anunciada. Convertê-la ao invés em representante da ‘rocha viva da nacionalidade’ significava exacerbar ao máximo a gravidade do crime. O massacre teria equivalido a ferir de morte a pátria nascente. (COSTA LIMA, 1997, p. 160)

Em outras palavras, se a luta era inevitável, o que a tornava um crime? O crime fora acelerar o processo de extinção dos sertanejos, apontados como o cerne de uma nacionalidade que se poderia instituir.

A análise do descompasso entre o desejo manifesto e a solução narrativo-discursiva dada às questões impõe a reflexão acerca de algo até agora pouco explorado: o desajuste entre o aparato teórico do autor e a matéria por ele analisada. É sabido por todos que Euclides, antes de partir como adido ao exército para Canudos, manifestara-se publicamente acerca do conflito, defendendo a ação militar¹³. Igualmente notório é o fato de ele ter mudado de opinião após presenciar o massacre dos sertanejos pelos soldados. O até então defensor da República, proclamador dos ideais positivistas toma um choque, que o impele a escrever seu livro vingador.

Tendo escrito após a guerra e após a proclamada mudança de opinião, causa espanto o tratamento dado pelo autor ao sertanejo ao longo da obra. Esse aspecto será discutido no próximo capítulo; porém, por ora é preciso assinalar que, não fazendo sentido para Euclides simplesmente relatar os combates ocorridos durante a guerra, ele sentiu a necessidade de explicar e interpretar as origens daquele conflito. Para tanto, o autor recorreu a estudos

¹³ Cf. os dois artigos intitulados “Nossa Vendéia” publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1897 (CUNHA, 1995).

dos mais variados tipos, com destaque principal para as teorias racialistas que, à época, ganhavam enorme força no cenário político-intelectual. A tentativa de aplicar os conceitos e concepções advindos dessas teorias muitas vezes impede Euclides de demonstrar em sua obra uma compreensão correta dos processos históricos que levaram à Guerra de Canudos. Euclides, em suma, estava mirando o alvo certo com as lentes erradas (GALVÃO, 1972).

Fechando a nota, Euclides cita um trecho de Hippolyte Taine, a fim de caracterizar a si próprio como um “narrador sincero que encara a história como ela o merece”. Esse pretense “narrador sincero” não apenas se propõe a narrar os fatos como realmente aconteceram, mas também a transmitir a alma e o espírito do conflito. Em nota à segunda edição do livro, o autor esclarece esse seu propósito inicial de contar estritamente a verdade, recorrendo a Tucídides. Ele afirma que, tal qual o historiador grego teria feito, escreveu respeitando os fatos e, sobretudo, a verdade. Diz ele:

Escrevi “sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras.” (OS, p. 596).

Na “Nota Preliminar”, a recorrência a Taine e a Tucídides tem o objetivo de garantir o caráter fidedigno da narração que vem a seguir. Conforme aponta Edgar Salvadori de Decca (2002),

A escolha do modelo de interpretação histórica de Taine serviu para dar mais credibilidade e autoridade ao texto de Euclides da Cunha. Diferentemente da concepção de história que temos hoje em dia, no final do século 19, a narrativa histórica mais verdadeira e também mais grandiosa era aquela que fosse capaz de ocultar da maneira mais eficaz a subjetividade do narrador (p. 165).

O autor estabelece, portanto, um pacto de veracidade com o leitor, característico dos discursos histórico e científico¹⁴, garantindo a validade das informações que lhe serão passadas. Esse procedimento é típico das historiografias oficiais e, conforme afirmo acima, apresenta uma concepção positivista da escrita da história. A mistura desses dois elementos (oficialidade e positivismo) entra em choque com a matéria narrada e o posicionamento ideológico em favor dos sertanejos que o autor assume. A tensão e a contradição não se resolvem, marcam o discurso e a narração a todo momento e dão a ver o impasse profundo de um projeto de nação fraturado pela exclusão, pela exploração e pela violência.

2.3 ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA NARRATIVA

Os *Sertões*, a rigor, se divide em sete longos capítulos, cada um contendo um número variado de sub-capítulos. Eis a divisão: 1- A Terra (5 sub-capítulos); 2- O Homem (5 sub-capítulos); 3- A Luta (4 sub-capítulos); 4- Expedição Moreira César (6 sub-capítulos); 5- Quarta Expedição (8 sub-capítulos); 6- Nova fase da luta (3 sub-capítulos); 7- Últimos dias (7 sub-capítulos). Historicamente, no entanto, a crítica tem substituído essa divisão pelo famoso esquema tripartite que considera os três grandes grupos temáticos da obra, a saber, “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”, associando a macro-organização da narrativa ao modelo concebido por Taine em *História da Guerra do Peloponeso*. Leopoldo Bernucci acrescentou à explicação da divisão da narrativa em três partes a influência do romance histórico *Noventa e três*, de Victor Hugo (BERNUCCI, 1995, p. 28).

Em “A Terra”, o narrador discorre sobre a constituição natural do país, com ênfase no sertão da Bahia, local onde ocorreu o conflito entre conselheiristas e soldados. “O Homem” apresenta a interpretação do narrador acerca da composição etnológica da população brasileira. Por fim, nos cinco capítulos seguintes, dos quais tratarei simplesmente sob o signo de “A Luta”, é narrado o conflito armado: o leitor acompanha as motivações imediatas da batalha, os (in)sucessos das quatro expedições enviadas a Canudos e o

¹⁴ Cf. “A historiografia nascente”. In: *História. Ficção. Literatura*, de Luiz Costa Lima (2006).

desfecho da guerra.

Disposta teleologicamente nos três grandes conjuntos temáticos acima referidos – “A Terra”, “O Homem” e “A Luta” –, a estrutura narrativa de *Os Sertões* é por alguns vista como um modelo dialético, com os três elementos sendo entendidos respectivamente como tese, antítese e síntese. Contudo, uma análise mais acurada mostra a imprecisão de tal entendimento. Na verdade, a estrutura da obra associa-se, isto sim, ao modelo silogístico da lógica formal (duas proposições, que levam a uma conclusão). Isso porque o elemento básico da lógica dialética, a negação, está ausente dessa organização narrativa: “O Homem” não nega “A Terra”, assim como “A Luta” não nega “O Homem”. O que ocorre, pelo contrário, é uma progressão positiva, em que as duas primeiras partes funcionam como justificativa lógica para a terceira. Em outras palavras, essa composição narrativa traduz em forma discursiva a tese do narrador: dadas as premissas (a composição natural da região e a formação etnológica da população), só havia uma conclusão possível (o conflito armado).

Porém, isso não significa que contradições (no sentido dialético) estejam ausentes da narrativa. Elas, pelo contrário, se fazem muito presentes no interior de cada um dos conjuntos temáticos e, ao fim do livro, são responsáveis por muito da sensação de desconforto causada pela leitura. Não sendo o princípio estruturante da macro-estrutura, as contradições, no entanto, avultam frequentemente do discurso do narrador.

Evidencia-se em alguns momentos uma disputa interna entre a estruturação narrativa (positivista) e o discurso do narrador, o qual, embora esteja mergulhado nas ideologias de seu tempo, permite ao leitor enxergar, a contrapelo e muito em função das contradições advindas da sua mudança de ponto de vista em relação a Canudos, o negativo de uma guerra que se pretendia justificada em nome da República e do progresso, em nome dos quais o “crime” seria perdoado.

Concentrando-me neste momento nos três conjuntos temáticos que estruturam a composição narrativa da obra, passo a analisar seus fundamentos, sua organização e suas implicações.

Conforme apontei anteriormente, definir o gênero discursivo de *Os Sertões* é tarefa árdua, haja vista seu caráter discursivo multifacetado.

Abdicando da tarefa de enquadrá-lo em um gênero único, cabe apontar, no entanto, algumas características básicas. A obra é um relato de viagem que tem a pretensão tanto de informar o leitor acerca da Guerra de Canudos quanto de fazer uma interpretação do conflito a partir de dados geográficos, históricos e etnológicos, conforme a prevenção feita pelo narrador já na “Nota Preliminar”.

O narrador caracteriza-se como um narrador-testemunha: ele conta a partir do que supostamente viu e das informações que pôde obter por meio de outras testemunhas ou documentos. Existe uma alternância entre a narração em terceira pessoa e a narração em primeira pessoa (quase sempre na primeira pessoa do plural, constituindo o plural majestático).

A análise revela que a utilização da terceira pessoa é empregada com o intuito de criar um efeito de distanciamento entre narrador e matéria narrada, buscando garantir, dessa forma, a o caráter de veracidade dos acontecimentos. O apagamento da personalidade na narração gera a sensação de que a narrativa se conta a si mesma. Esse recurso é sustentado discursivamente pelo emprego de referentes e referenciadores de terceira pessoa, por sujeitos genéricos (“quem o contorna”, “o viajante”) e pelo uso abundante da voz passiva (quase sempre sem o acompanhamento do agente da passiva).

O uso da primeira pessoa tem um funcionamento distinto do emprego da terceira pessoa. Seu uso caracteriza justamente uma quebra no distanciamento do foco impessoal. A primeira aparição de uma primeira pessoa é no segundo parágrafo da Nota Preliminar “Demos-lhe, por isto, outra feição...” (OS, p. 9). Aqui já podemos perceber um dado importante: o uso da primeira pessoa do plural no lugar da primeira pessoa do singular. Esse uso, que remete ao plural majestático¹⁵, conforma-se bem a um outro objetivo de Euclides, mais ou menos implícito na Nota Preliminar, que é o de gerar empatia no leitor, atraindo-o favoravelmente para o que diz.

Além disso, o uso da primeira pessoa marca explicitamente um posicionamento ideológico da voz que fala na narrativa. No livro, o uso da primeira pessoa nas duas primeiras partes atua como um referenciador quase sempre genérico, cumprindo basicamente a função por mim indicada no parágrafo anterior. Na terceira parte, no entanto, o uso da primeira pessoa

¹⁵ Segundo Maria Tereza Piacentini (2009), diretora do Instituto Euclides da Cunha, o plural majestático era empregado por antigos reis de Portugal com o intuito de amenizar a distância entre eles e o povo.

adquire uma implicação semântica da maior relevância nos trechos em que a primeira pessoa inclui o exército e em que a narração passa a ser comandada por um pronome de primeira pessoa do plural. Na verdade, esse posicionamento já se encontra explicitado na Nota Preliminar, quando, ao dizer “Nem enfraquece o asserto [de que a campanha de Canudos fazia parte do movimento inevitável do “esmagamento das raças fracas pelas fortes] o *termo-la* realizado nós, filhos do mesmo solo...” (OS, p. 10, grifo meu). Na Nota, contudo, esse trecho aparece antes da afirmação de que a Guerra de Canudos teria sido um crime. Recolocar-se, ainda mais de forma explícita, do lado do exército significa assumir-se, de forma contraditória, como parte do grupo dos “criminosos”, o que me leva a indagar tanto a margem de efetiva mudança de ponto de vista de Euclides da Cunha quanto os limites dessa virada em favor dos vencidos. Explícita e declaradamente, o intuito de Euclides ao escrever *Os Sertões* era vingar os sertanejos exterminados pelas investidas do exército. Contudo, as contradições presentes na forma narrativa da obra revelam que nem sempre esse propósito encontrou bom termo na estrutura da obra.

2.4 GEOGRAFIA E PAISAGEM

Em *Os Sertões*, a geografia e a paisagem desempenham um papel narrativo de primeira importância. A caracterização que Euclides faz dos ambientes naturais conformam um cronotopo¹⁶ que não apenas constitui o espaço da narrativa, mas se articula a uma concepção de temporalidade histórica: o sertão está para o atraso assim como o litoral está para o progresso.

O estudo da dimensão geográfica da nacionalidade brasileira tem, em *Os Sertões*, dois momentos. A) O primeiro organiza-se, sob o título de A Terra, numa linha de continuidade com uma certa tradição de conhecimento do território brasileiro – as expedições científicas, empreendidas tanto por naturalistas e viajantes estrangeiros, quanto por exploradores brasileiros. Este estudo produz uma visão

¹⁶ “À interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos cronotopo (que significa ‘tempo-espaço’)” (BAKHTIN, 1990, p. 211)

paisagística e enumeradora, onde o território é apenas um objeto de pesquisa. B) Num segundo momento da análise trata-se de estabelecer relações de causalidade entre os fenômenos geográficos e as sociedades humanas. Não por acaso, este outro ponto de vista foi inserido no início da parte II de *Os Sertões, O Homem*. (MURARI, 2007, p. 65)

A narração de “A Terra” é feita por meio de grandes quadros descritivo-interpretativos. O narrador, à maneira dos famosos panoramas da épica clássica, enfoca boa parte do território brasileiro, a fim de descrever e analisar sua composição geográfica (relevo, hidrografia, geologia, clima, vegetação). O trecho a seguir apresenta os dois primeiros parágrafos da narrativa:

O Planalto Central do Brasil desce, nos litorais do Sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas. Assoberba os mares; e desata-se em chapadões nivelados pelos visos das cordilheiras marítimas, distendidas do Rio Grande a Minas. Mas ao derivar para as terras setentrionais diminui gradualmente de altitude, ao mesmo tempo que descamba para a costa oriental em andares, ou repetidos socalcos, que o despem da primitiva grandeza afastando-o consideravelmente para o interior.

De sorte que quem o contorna, seguindo para o norte, observa notáveis mudanças de relevos: a princípio o traço contínuo e dominante das montanhas, precintando-o, com destaque saliente, sobre a linha projetante das praias; depois, no segmento de orla marítima entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, um aparelho litoral revolto, feito da envergadura desarticulada das serras, riçado de cumeadas e corroído de angras, e escancelando-se em baías, repartindo-se em ilhas, e desagregando-se em recifes desnudos, à maneira de escombros do conflito secular que ali se trava entre os mares e a terra; em seguida, transposto o 15° paralelo, a atenuação de todos os acidentes — serranias que se arredondam e suavizam as linhas dos taludes, fracionadas em morros de encostas indistintas no horizonte que se amplia; até que em plena faixa costeira da Bahia, o olhar, livre dos anteparos de serras que até lá o repulsam e abreviam, se dilata em cheio para o ocidente, mergulhando no âmago da terra amplíssima lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas... (OS, p. 11-12)

O intuito inicial do narrador é dar a ver a conformação do relevo brasileiro, de Norte a Sul. Nesse sentido, o procedimento narrativo empregado é o de uma visão panorâmica sobre os ambientes, com possibilidades de aproximação – como na posterior descrição da Serra da Mantiqueira, Serra da Canastra, Serra do Grão-Mongol, etc. (OS, p. 14-16).

Ao longo de todo o capítulo, a descrição é o recurso discursivo mais empregado a fim de caracterizar os ambientes: a abundante adjetivação e o emprego de metáforas e outras figuras de linguagem, como a prosopopéia que abre o livro, tornam a narrativa bastante figurativa, o que chegou inclusive a ser alvo de críticas de escritores como Mário de Andrade (BERNUCCI, 1995, p. 21).

Esse panorama, no entanto, não se projeta a esmo, pelo contrário: a narração tem em seu horizonte a chegada à “entrada do sertão”, que permitirá ao narrador concentrar o foco na “Terra ignota”, percorrendo (descrevendo) algumas cidades do sertão, enfatizando a região que contorna a Serra do Monte Santo e o Morro da Favela, espaços centrais do conflito armado entre o exército e os canudenses. Esses espaços, descritos como lugares em degradação, marcados pelas ruínas, frutos da luta secular da terra, aparecem na narrativa já como pré-figuração do combate entre sertanejos e soldados ali ocorrido e que será narrado mais adiante.

Conforme argumenta Luciana Murari, o sentido global dessa parte da narrativa diz respeito à conformação (no sentido de atribuição de forma) dos sertões à nação em construção:

Neste texto, que mistura estranhamente a aridez dos termos técnicos e uma linguagem que já foi rotulada com geografia trágica, pode ser vislumbrada uma primeira leitura da identidade nacional. Inicialmente, o espaço nacional surge como duplicidade: por um lado, a exuberância do *litoral*, por outro, o vazio do *sertão*. (...) Em segundo lugar, representa-se o espaço do sertão como negatividade, espaço estrangeiro, desconhecido, despovoado, isolado, incapaz de fixar o homem, ruptura abrupta na continuidade idealizada do território nacional (MURARI, 2007, p. 51).

Ao caracterizar o sertão como espaço estrangeiro, isolado e inóspito e ressaltar a ruptura causada por ele no projeto de homogeneizar o território brasileiro não apenas em sentido geográfico, mas principalmente sob o ponto de vista político, Euclides revela que a existência dos sertões, enquanto terras ignotas e desprendidas do controle do Estado, constitui um entrave à consolidação da nação brasileira.

A descrição do relevo sertanejo abre espaço para a análise do clima daquele lugar. O narrador assinala que “o regime desértico ali se firmou” e que “a região incipiente ainda está preparando-se para a vida” (OS, p. 31). A análise mais detida do clima sugere uma alternância entre temperaturas máximas e mínimas, com “dias esbraseados e noites frigidíssimas, agravando todas as angústias dos martirizados sertanejos” (OS, p. 38).

Já aqui se pode perceber uma dominante na narrativa, que é a interpretação dos efeitos das componentes geográficas – nesse caso o clima – sobre os habitantes do sertão. Vê-se também, mais uma vez, o recurso a antíteses a fim de explicar os fenômenos.

Durante a análise do clima, o foco narrativo é conduzido à análise de um outro elemento fundamental da composição geográfica do sertão: as secas, “o terror máximo dos rudes patrícios que por ali se agitam”, também chamadas de “fatalidade inexorável” (OS, p. 41). O narrador começa, então, a historiar o problema das secas, encontrando facilmente uma regularidade entre sua ocorrência no século XVIII e no século XIX. O problema, no entanto, está longe de ser resolvido: “apesar desta simplicidade extrema dos resultados imediatos, o problema, que se pode traduzir na fórmula aritmética mais simples, permanece insolúvel” (OS, p. 42). Assim, não contente com os resultados alcançados, o narrador não desiste de sua investigação e passa a desenvolver uma argumentação – de antemão apresentada com “hipótese” – sobre a gênese das secas. O argumento central é que “um dos motivos da seca repousa (...) na disposição topográfica” do sertão (OS, p. 44). Porém, ainda assim chega à conclusão de que:

Este desfiar de conjecturas tem o valor único de indicar quantos fatores remotos podem incidir numa questão que duplamente nos interessa, pelo seu traço superior na ciência, e pelo seu significado mais íntimo no envolver o destino de extenso trato do nosso país. Remove, por isto, a segundo plano o influxo até hoje inutilmente agitado dos alísios, e é de alguma sorte fortalecido pela intuição do próprio sertanejo para quem a persistência do nordeste — o vento da seca, como o batiza expressivamente — equivale à permanência de uma situação irremediável e crudelíssima (OS, p. 45).

Nesse trecho, o narrador demonstra lucidez quanto à dimensão do problema das secas; elas realmente são um agente determinante na vida de milhões de brasileiros. No entanto, ao contrário do que ele afirma, não se pode admitir que seja uma situação irremediável. O próprio narrador, páginas adiante, apresenta um projeto de “extinção do deserto”, baseado em modelos europeus, que consistiria basicamente na criação de uma rede de barragens (OS, p. 66-70).

Voltando à análise das descrições do sertão feita pelo narrador, observe-se ainda a relação por ele apresentada entre “o martírio secular da terra” e o “martírio do homem” (OS, p. 70). Desdobrando a questão das secas, o narrador traz à tona a travessia das caatingas, que, segundo ele, afogam, agriDEM e estonteiam o viajante. A sobrevivência ali, tanto do homem quanto da natureza, passa irremediavelmente pela capacidade de resistência. Ali, “O Sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater” na “luta pela vida” (OS, p. 47). A imagem da luta pela vida é mantida na narrativa até o fim do capítulo. Nesse trecho, a narração é toda permeada pela grande antítese entre vida e morte: a vida, representada pelos curtos períodos de tempo em que a natureza, graças à chuva, floresce, quando “O sertão é um paraíso”; a morte, por outro lado, é representada pelos outros meses em que a seca retorna:

Passam-se um, dois, seis meses venturosos, derivados da exuberância da terra, até que surdamente, imperceptivelmente, num ritmo maldito, se despeguem, a pouco e pouco, e caíam, as folhas e

as flores, e a seca se desenhe outra vez nas ramagens mortas das árvores decíduas.... (OS, p.58)

Vê-se, do fato, que três formações geognósticas díspares, de idades mal determinadas, aí se substituem, ou se entrelaçam, em estratificações discordantes, formando o predomínio exclusivo de umas, ou a combinação de todas, os traços variáveis da fisionomia da terra. Surgem primeiro as possantes massas gnaissegraníticas, que a partir do extremo sul se encurvam em desmedido anfiteatro, alteando as paisagens admiráveis que tanto encantam e iludem as vistas inexpertas dos forasteiros. (OS, p. 11-12, grifo meu)

Ainda dentro desse trecho cabe observar o uso da voz passiva como recurso empregado a fim de gerar um efeito de distanciamento do narrador em relação à matéria narrada. Outro recurso usado pelo narrador, mas que gera o efeito contrário (de aproximação), é o recorrente emprego do plural majestático. A primeira vez em que isso acontece é na página 17:

É a paragem formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes — grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros...

Atravessêmo-la. (OS, p. 17, grifo meu)

A narrativa é toda permeada por uma espécie de *leitmotiv*, que chamo de “questão da veracidade”. Trata-se das recorrentes pausas do narrador a fim de justificar e/ou assegurar de alguma forma as informações que transmite. Observe-se, por exemplo, o seguinte trecho:

O que se segue são vagas conjeturas. Atravessamo-lo no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra. Além disto os dados de um termômetro único e de um aneróide suspeito, misérrimo arsenal científico com que ali lidamos, nem mesmo vagos lineamentos darão de climas que divergem segundo

as menores disposições topográficas, criando aspectos díspares entre lugares limítrofes. (OS, p. 36)

Observe-se que o narrador, nesse ponto, afirma que a exposição que segue não passa de “vagas conjeturas”, o que lhe permite trabalhar com mais desenvoltura e comprometer menos o caráter de verdade que busca imprimir à sua narrativa. Em outros momentos, o narrador busca assegurar esse caráter verídico citando a fonte de suas informações, normalmente testemunhas, documentos ou cartas:

Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas. (OS, p. 172)

Diz uma testemunha [Barão de Jeremoabo]: “Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para os Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda, nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro.” (OS, p. 186)

É considerável a variedade de recursos empregados pelo narrador: reproduz diretamente o texto da fonte, vale-se do emprego do discurso indireto e até mesmo do discurso indireto livre (OS, p. 212). Vale ressaltar que o narrador só nomeia sua fonte de informações, seja em nota, seja no corpo do texto, quando ele é um oficial do exército ou uma personalidade política importante. O emprego do discurso dos sertanejos é sempre cercado de desconfiança e descrédito.

2.5 RETRATOS DO POVO BRASILEIRO

A progressão narrativa de “O Homem” se faz como uma espécie de lente de aproximação: parte da “Complexidade do problema etnológico no Brasil”, sub-capítulo que pretende delinear a “gênese das raças mestiças do Brasil” a partir das “influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos”, o negro, o índio e o branco (OS, p. 72).

A narrativa é conduzida, então, pela análise da mestiçagem no Brasil, a partir de elementos como a “Variabilidade do meio físico” e “sua reflexão na História”. Em seguida, o narrador passa a focalizar, entre outros, “Os primeiros povoadores”, “A gênese do mulato”, “A gênese do jagunço”, “O vaqueiro”, o sertanejo, o gaúcho. Após a descrição do modo de vida dos vaqueiros, o narrador relata a relação entre o fazendeiro e os sertanejos e alguns aspectos da vida destes, como “A vaquejada”, “A arribada”, “O estouro da boiada”, “Tradições” e “Danças”. Em todos esses sub-capítulos, a narração é predominantemente permeada por descrições. Eis um trecho da famosa comparação entre “O vaqueiro” e “O gaúcho”.

O gaúcho

O gaúcho, o *pealador* valente, é, certo, inimitável, numa carga guerreira; precipitando-se, ao ressoar estrídulo dos clarins vibrantes, pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo; atufando-se loucamente nos entreveros; desaparecendo, com um grito triunfal, na voragem do combate, onde espadanam cintilações de espadas; transmudando o cavalo em projétil e varanda quadrados e levando de rojo o adversário no rompão das ferraduras, ou tombando, prestes, na luta, em que entra com despreocupação soberana pela vida.

O jagunço

O jagunço é menos teatralmente heróico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro.

Raro assume esta feição romanesca e gloriosa. Procura o adversário com o propósito firme de o destruir, seja como for.

Está afeiçoado aos prélios obscuros e longos, sem expansões entusiásticas. A sua vida é uma conquista arduamente feita, em faina diuturna. Guarda-a como capital precioso. Não desperdiça a mais ligeira contração muscular, a mais leve vibração nervosa sem a certeza do resultado. Calcula friamente o pugilato. Ao "riscar da faca" não dá um golpe em falso. Ao apontar a lazarina longa ou o trabuco pesado, dorme na pontaria. . .

Se, ineficaz o arremesso fulminante, contrário enterreirado não baqueia, o gaúcho, vencido ou pulseado, é fragílmo nas aperturas de uma situação inferior ou indecisa. O jagunço, não. Recua. Mas, no recuar é mais temeroso ainda. É um negacear demoníaco. O adversário tem, daquela hora em diante, visando-o pelo cano da espingarda, um ódio inextinguível, oculto no sombreado das tocaias... (OS, p. 124-125)

Na composição dos dois tipos, "O gaúcho" e "O jagunço", o procedimento empregado pelo narrador é o mesmo: descrição de seu comportamento a partir da narração de um episódio característico de seu cotidiano. A descrição e a análise de todos os tipos regionais fazem parte do projeto "sociológico" do narrador, que buscava historiar a composição étnica do Brasil. O trecho escolhido é representativo de uma de suas teses centrais: a oposição entre o mestiço do litoral e o mestiço do sertão. No caso, o gaúcho seria o representante do litoral, e o vaqueiro o representante do sertão.

A análise dos aspectos apontados anteriormente é interrompida pelo retorno da focalização em "uma variante trágica": a seca e suas implicações na vida dos sertanejos:

E ao tornarem — quando não se perdem para todo o sempre, sem tino, na "travessia" perigosa dos descampados uniformes — reatam a mesma vida monótona e primitiva...

De repente, uma variante trágica.

Aproxima-se a seca.

O sertanejo adivinha-a e prefixa-a graças ao ritmo singular com que se desencadeia o flagelo.

Entretanto não foge logo, abandonando a terra a pouco e pouco invadida pelo limbo candente que irradia do Ceará.

Buckle, em página notável, assinala a anomalia de se não afeiçoar nunca, o homem, às calamidades naturais que o rodeiam (...).

Mas o nosso sertanejo faz exceção à regra. A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a, estóico. Apesar das dolorosas tradições que conhece através de um sem numero de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível. (OS, p. 136, grifo nosso).

Como se vê, o narrador prepara a passagem da narrativa das viagens do vaqueiro para a narrativa da seca por meio do emprego das reticências, introduzindo o episódio de modo a gerar tensão. O efeito ganha força pela inserção das duas frases curtas destacadas por um espaço do corpo do texto: “De repente uma variante trágica. Aproxima-se a seca”. Está montado o quadro narrativo de mais um flagelo impingido aos sertanejos.

Graças à regularidade com que as secas ocorrem, o sertanejo é capaz de adivinhá-la de acordo com a observação do tempo e da paisagem. No entanto, “não foge logo”, busca resistir o maior tempo possível, mas trata-se de “uma resistência impossível”. Os sinais da tormenta multiplicam-se: “greta-se o chão”, “abaixa-se vagarosamente o nível das cacimbas”, percebem-se “as primeiras aves emigrantes, transvoando a outros climas” (OS, p. 137-138). O narrador nos apresenta a situação desesperadora: a alimentação precária, o perigo da “suçuarana traiçoeira e ladra”, a hemeralopia (falsa cegueira), etc. O quadro é de completa ruína, como exemplifica a impressionante descrição dos bois cadavéricos:

[O sertanejo] Contempla ali a ruína da fazenda: bois espectrais, vivos não se sabe como, caídos sob as árvores mortas, mal soerguendo o

arcabouço murcho sobre as pernas secas, marchando vagarosamente, cambaleantes; bois mortos há dias e intactos, que os próprios urubus rejeitam, porque não rompem a bicadas as suas peles esturradas; bois jururus, em roda da clareira de chão entorroadado onde foi a aguada predileta; e, o que mais lhe dói, os que ainda não de todo exaustos o procuram, e o circundam, confiantes, urrando em longo apelo triste que parece um choro. (OS, p. 141)

Tornando-se insustentável a situação, não havendo mais a que recorrer, “o sertanejo assoberbado de reveses, dobra-se afinal” (OS, p. 142). Os primeiros retirantes começam a passar frente à sua porta, dia a dia vários outros sertanejos fogem da seca, “é o sertão que se esvazia”. Por fim, ele também se curva:

Amatula-se num daqueles bandos, que lá se vão caminho em fora, debruando de ossadas as veredas, e lá se vai ele no êxodo penosíssimo para a costa, para as serras distantes, para quaisquer lugares onde o não mate o elemento primordial da vida. (OS, p. 142)

O narrador aponta que, chegando a esses lugares, o sertanejo se salva e, passados alguns meses, acabado o flagelo, retorna “feliz, revigorando, cantando” (OS, p. 142), para voltar à mesma vida de transe e provações.

O episódio das secas abre espaço para a análise de um aspecto fundamental da vida dos habitantes do sertão, que é a religião. Nesse ponto, o narrador conduz a narrativa gradativamente do aspecto geral ao particular, isto é, vai da análise da religião mestiça em geral à do Monte Santo, até chegar a Antônio Conselheiro, figura central do arraial de Canudos.

2.5.1 Antônio Conselheiro

A exposição sobre Conselheiro abarca diversos aspectos, indo desde uma análise psiquiátrica, passando pela análise do meio em que ele se criou e

por importantes momentos de sua vida, como o episódio fundamental da fuga da esposa de Conselheiro com um policial, fato que o teria levado a fugir de Ipu, partindo pelo Ceará. Segundo o narrador, dez anos depois, ele ressurgiu na Bahia, tendo já peregrinado também por Pernambuco e Sergipe. Nesse tempo, aumenta cada vez mais o número de fiéis que o seguem, como mostra uma das descrições e considerações que o narrador faz sobre ele:

E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...

(...)

No seio de uma sociedade primitiva, que pelas qualidades étnicas e influxo das santas missões malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. A pouco e pouco todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. Todas as conjeturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do próprio desvario. A sua insânia estava, ali, exteriorizada. Espelhavam-na a admiração intensa e o respeito absoluto que o tornaram em pouco tempo árbitro incondicional de todas as divergências ou brigas, conselheiro predileto em todas as decisões (OS, p. 165-166).

A descrição, como sugere o próprio título do sub-capítulo - “Como se faz um monstro” - é fantasmagórica. Com frases curtas e contundentes, fortemente adjetivadas, o narrador traça o perfil de Antonio Conselheiro, criando uma imagem extremamente negativa do líder de Canudos. Esse procedimento abre espaço para o desenvolvimento da tese central do narrador a respeito de Conselheiro: ele seria um insano, cujos distúrbios, manifestados em termos religiosos, teriam encontrado solo propício “no seio de uma sociedade primitiva” para se desenvolver.

Euclides, portanto, explica a emergência de Conselheiro como líder religioso a partir de concepções advindas da antropologia biológica e da psicologia das massas, conforme esclarece Luiz Costa Lima:

O retardamento biológico causado pela mestiçagem torna a massa sertaneja vítima de credices, superstições e formas inferiores de religiosidade. Mas o atraso termina em vantagem. Embora Conselheiro também seja um doente, e 'doente grave', (...) ao se pôr ao nível da massa que lidera converte-se em 'uma diátese e [...] uma síntese', funcionando como o equilibrador do contágio (COSTA LIMA, 1997, p. 87).

Observe-se que a noção de que o mestiço seria psiquiatricamente inferior e retrógrado esbate na sua ação durante o conflito armado, o que representa mais uma antinomia narrativa no interior da obra.

Feitas as considerações preliminares acerca de Conselheiro, o narrador inicia o relato de vários episódios referentes às suas peregrinações. Combatido pela igreja e pela polícia, o grupo ruma para o interior do sertão, chegando a Canudos em 1893. Nesse ponto, o narrador discorre acerca da construção e da organização do arraial: seu crescimento, sua arquitetura, sua população, o regime da vida naquele lugar, etc. A narrativa se dirige para o famoso episódio da missão dos capuchinhos, enviada pela igreja (e pelo estado) a fim de tentar convencer Conselheiro de dissolver o arraial. A missão é um fracasso, e os missionários saem de Canudos quase fugidos. O episódio funciona como transição narrativa. Abre as portas para a narração da luta propriamente dita, isto é, o extermínio dos canudenses por parte das forças policiais.

2.6 EMPATIA E DISTANCIAMENTO

O grande conjunto temático chamado de "A Luta" ocupa quase dois terços da narrativa e compreende seis capítulos: "A Luta", "Travessia do Cambaio", "Expedição Moreira César", "Quarta expedição", "Nova fase da luta"

e “Últimos dias”. A narração da luta é feita em dois níveis basicamente: a) aspectos gerais do combate; b) episódios específicos. A narração se desenrola cronologicamente, começa pelos antecedentes da luta, relata as quatro expedições enviadas pelo Estado, até chegar ao último dia (cinco de outubro de 1897), em que sobraram “quatro apenas: um velho, dous homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (OS, p. 585).

Com relação à narração da luta, há alguns pontos importantes a serem destacados. Em primeiro lugar, cumpre sublinhar um tom narrativo mais característico desse conjunto, haja vista que o narrador está empenhado em transmitir sua experiência aos leitores. É importante lembrar que, ao contrário do que possa parecer, a narração da luta vai muito além de um relato jornalístico¹⁷. No caso de Euclides, a narração assume uma função semelhante à assinalada por Walter Benjamin:

Há uma rivalidade histórica entre as diversas formas da comunicação. Na substituição da antiga forma narrativa pela informação, e da informação pela sensação reflete-se a crescente atrofia da experiência. Todas essas formas, por sua vez, se distinguem da narração, que é uma das mais antigas formas de comunicação. Esta não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila (BENJAMIN, 1989, p. 107).

Durante a narração dessa parte, há um número bem maior de pormenores dos lugares e dos acontecimentos do que nos conjuntos temáticos anteriores. Em “A Luta”, o narrador alterna (de forma não igualitária) o foco da narração: na maior parte da narração ele está no exército, mas existem

¹⁷ Em termos discursivos, claramente se percebe a diferença entre os relatos de guerra que Euclides enviou de Canudos para o Rio de Janeiro e a narração apresentada em *Os Sertões*. Cf. Walnice Nogueira Galvão (1974). *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*.

alternâncias para os canudenses. Trata-se de indicar as principais manobras do exército e suas consequências tanto para os soldados quanto para os sertanejos.

Com relação ao discurso do narrador, não se pode deixar de notar a empatia contraditória que o narrador demonstra pelo exército. E aqui não se trata simplesmente da análise do “tom” do discurso, quase sempre ofensivo em relação aos sertanejos. O narrador, como já apontamos, coloca-se textualmente ao lado dos soldados - explicitamente desde o sub-capítulo “Por que não pregar contra a República”. Por vezes, esse posicionamento é meramente retórico, haja vista que o narrador, apesar das críticas, era um intelectual republicano e, em certa medida, um representante das elites, não sendo possível para ele exprimir-se como um dos conselheiristas, que em momento algum deixam de ser um “outro” em relação a Euclides. Em outros momentos, porém, a pena trai o intuito do narrador, revelando discursivamente um posicionamento de fato afinado com o exército, o que se revela principalmente por meio das escolhas de vocabulário, uso de adjetivos e uso de dêiticos que marcam seu posicionamento ideológico.

De sorte que ainda quando não carecessem de valor, *os nossos soldados* não tinham como se subtrair à emergência gravíssima em que se equiparavam heróis e pusilânimes (OS, p. 410, grifo meu).

Além disto, encafurnados numa dobra de morro, atirando por elevação e sem alvo, *as nossas descargas* sobre inócuas implicavam estéril malbaratar das munições escassas (OS, p. 414, grifo meu).

O uso do possessivo aqui não deixa dúvidas quanto à posição do narrador frente aos acontecimentos e à posição a partir da qual narra: ele pertence ao grupo dos vencedores e sua narrativa, apesar das contradições, não consegue escapar a essa contingência.

Por outro lado, entretanto, o narrador demonstra também bastante ironia em relação ao ataque do exército. Conforme pode-se verificar no trecho seguinte.

Eram, realmente, frágeis aqueles pobres rebelados...
Requeriam outra reação. *Obrigavam-nos* a outra luta.
Entretanto *enviemo-lhes* o legislador Comblaim; e esse argumento
único, incisivo, supremo e moralizador – a bala. (OS, 2006, p. 211-
212)

Eis, portanto, mais uma recorrência da antinomia relativa ao posicionamento ideológico do narrador, que oscila entre uma crítica ferrenha à Guerra de Canudos e uma adesão, às vezes à revelia, à causa republicana, que acaba por justificar o ataque das tropas do exército.

O intuito da análise da estrutura de *Os Sertões* foi mapear os fios condutores da narrativa, buscando apontar alguns de seus principais procedimentos discursivos e narrativos e suas implicações semântico-ideológicas. As análises até aqui comprovaram minha sugestão inicial de que a característica principal dessa obra, pensando-se na dialética entre obra e sociedade, é a antinomia entre a meta discursiva e as soluções formais apresentadas. Assim, cumprida essa etapa, passo no capítulo seguinte para a análise do problema central deste estudo: o modo como Euclides da Cunha trabalha a *questão nacional* em sua obra.

3 CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: NAÇÃO E NACIONALISMO EM OS SERTÕES

Este capítulo tem por objetivo discutir, de forma mais específica e aprofundada que nos anteriores, o funcionamento narrativo-discursivo das questões referentes a nação e nacionalismo em *Os Sertões* e suas implicações político-ideológicas.

Com base tanto na macro-divisão narrativa da obra quanto na sua micro-estrutura, neste capítulo abordarei a questão nacional a partir de três frentes, dialeticamente interligadas no interior da realidade brasileira e aqui destacadas apenas para fins analíticos: a questão agrária, a formação étnica brasileira e o conflito armado. A escolha dessas três frentes é duplamente motivada: em primeiro lugar, pelo seu próprio funcionamento narrativo; em segundo lugar, por esses temas serem, de fato, alguns dos principais elementos que envolveram e envolvem a questão nacional no Brasil. Pretendemos, assim, fazer uma leitura a contrapelo do que, do ponto de vista da nação e do nacionalismo na obra e na vida social daquele momento, viriam a significar “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”.

Conforme demonstro adiante, é de enorme importância a relação entre a questão agrária, a composição étnica brasileira e as origens do conflito em Canudos. Antes disso, entretanto, apresento uma breve exposição acerca do ideário nacionalista relativo ao período que compreende a última década do século XIX e as primeiras do século XX.

3.1 PROJETOS DE NAÇÃO NA BELLE ÉPOQUE

As duas últimas décadas do século XIX foram fundamentais para os processos de construção de uma nação brasileira. Os dois marcos desse processo foram a abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da República, em 1889.

O grande objetivo das elites brasileiras nesse período era inserir o Brasil no grupo das grandes nações mundiais. O ideal de construção da nação estava

diretamente ligado ao caráter civilizatório da empreitada: em linhas gerais, era preciso inserir a economia nos trilhos do capitalismo industrial (o que implicava o abandono da escravidão); consolidar a República, como forma de garantir o liberalismo; e definir uma base étnica para a nação, que deveria ser o mais branca possível.

Com relação à definição do povo que sustentaria o estado-nação, Berthold Zilly aponta que

Qualquer Estado precisava de uma base demográfica, de um povo-Estado que normalmente seria ou se tornaria uma nação. A questão era saber quem pertenceria a essa nacionalidade em vias de formação, quais os critérios de admissão, e se estes deveriam ser mais abrangentes ou mais excludentes. (ZILLY, 1999, p. 3)

Nesse sentido, havia sempre duas tendências básicas, embora na realidade frequentemente misturadas: uma concebia o povo-nação enquanto comunidade cultural e política, segundo a qual “a nação seria uma comunidade de proprietários, homens livres e teoricamente iguais, sendo o cidadão no fundo também um *homo oeconomicus*”(ZILLY, 1999, p.4). A outra concebia a nação enquanto comunidade de ascendência e sangue, baseada no parentesco e na homogeneidade física. As elites brasileiras, contudo, projetavam uma expectativa que mesclava essas duas tendências:

Na prática, prevalecia no Brasil a ideia de que um Estado precisava de um povo-Estado, que se tornaria nação um dia, constituído de cidadãos livres, com alguma posse, com certos requisitos culturais e biológicos, preferencialmente alfabetizados, de língua portuguesa e de pele clara. (ZILLY, 1999, p. 4).

A realidade brasileira, no entanto, impunha sérios entraves a esse propósito, dado seu imenso contingente de população não-branca. É nesse

período que se consolidam os ideais e a política do branqueamento, como alternativa para a superação do problema.

O argumento central da ideologia do branqueamento consistia em supor os não-brancos (negros, índios, asiáticos) como raças inferiores (em todos os sentidos: cultural, social, econômico, etc.) e, a partir dessa premissa, propor o branqueamento da população, quase sempre por meio da imigração de brancos estrangeiros:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças 'mais adiantadas' e 'menos adiantadas' e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia 'naturalmente' uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca). (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Zilly (1999) observa corretamente que o caráter multiétnico da população brasileira colocava-se como um empecilho às elites em seus projetos de assimilação e inserção do Brasil no “mundo civilizado”. Por um lado, para sustentar o processo de criação nacional, era preciso transformar os habitantes do Brasil em cidadãos. Por outro lado, questionava-se a possibilidade de esses brasileiros não-brancos, que constituíam mais da metade da população no século XIX, fazerem parte de um estado nacional moderno. Em outras palavras, para além de não ser assegurado, o direito à cidadania da maior parte da população sequer era um consenso entre os dirigentes políticos e a intelectualidade da época.

Em anos de tamanha movimentação política e econômica, apesar da diminuição do seu prestígio e da sua influência, os intelectuais arrogavam a si a

missão de colaborar, por meio de sua atividade, com a construção da nação. Tratava-se do que Nicolau Sevcenko chamou de “inserção compulsória do Brasil na Belle Époque” (SEVCENKO, 2003, p.35).

Com Euclides da Cunha o processo não foi diferente, pelo contrário, ele empenhou-se como poucos nas tarefas que julgou relevantes para a solidificação nacional, tanto em sua atividade como engenheiro quanto em sua atividade como intelectual. As viagens feitas pelo Brasil, os artigos publicados em jornal e, principalmente, sua obra como escritor dão provas disso.

Nos tópicos a seguir, examino o modo como Euclides equaciona a questão nacional em sua obra maior, *Os Sertões*. Para tanto, destacamos três aspectos fundamentais de sua reflexão: a questão agrária, a questão racial e o embate entre civilização e barbárie. Ressalto que, como essas questões estão disseminadas ao longo da obra e muitas vezes imbricadas umas nas outras, minha abordagem não obedece necessariamente a sequência narrativa da obra, estudada no capítulo anterior.

3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA

A análise da história da ocupação e da distribuição de terras no Brasil revela que, desde o princípio da colonização, a tendência geral foi a concentração da propriedade (e conseqüentemente o uso) de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários, dando origem a um sistema político, econômico e social mediado pelo latifúndio e que, apesar de ter sofrido algumas transformações, continua em voga até hoje.

Com o famoso movimento de Entradas e Bandeiras, pouco a pouco o território da colônia alargou-se, ganhando dimensões continentais. Contudo, apesar desse movimento, a marcha para o interior não foi eficaz no sentido de homogeneizar a presença política e econômica do Estado por todo o território. Entregues às mãos de particulares, as terras iam sendo utilizadas mais ou menos a gosto de seus proprietários, mas de um modo que não foi capaz de levar o aparato sócio-econômico-cultural do litoral para o interior.

Assim, concentrando seus maiores esforços no litoral, do Nordeste ao Sul, o Estado acabou por virar as costas ao restante do país, o que levou o interior a um abandono material e a um quase esquecimento. As organizações sociais do interior iam se fazendo a esmo, quase que estritamente sob a batuta dos oligarcas locais.

Conforme aponta Walnice Nogueira Galvão (2001, p. 18), o local em que se formou o arraial de Canudos era produto da fragmentação e da decadência de um imenso latifúndio, a fazenda Casa da Torre, pertencente a Garcia d'Ávila, que chegara a possuir mais de mil quilômetros de extensão. Na época do conflito, as terras pertenciam à família de outro grande fazendeiro da região, Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo.

O barão era, à época, o maior proprietário de terras da região, dono de sessenta e uma fazendas, espalhadas pela Bahia e pelo Sergipe. Sustentado por seu poder econômico, exercia enorme influência política e, apesar de ter tido atuação relativamente discreta durante a guerra de Canudos, foi peça fundamental no desenrolar dos acontecimentos: foi ele quem requisitou o envio de tropas do governo em 1893 para conter o grupo de Conselheiro em Masseté; além de ter apoiado as expedições com víveres e pouso (na primeira expedição, por exemplo, a segunda coluna, composta por mais de dois mil e quinhentos homens, acampou em uma de suas fazendas, a Barriguda).

É nesse quadro de organização social que, paulatinamente, se organiza o grupo de Antonio Conselheiro: um grupo de despossuídos, trabalhadores super-explorados, pequenos agricultores sem terras, ex-escravos, jagunços e outros espoliados. A formação do arraial, ainda que assumidamente motivada pela fé, não pode deixar de ser compreendida com base em seus fundamentos sócio-econômicos, principalmente se levarmos em conta o caráter de ideologia compensatória do cristianismo. Em um ambiente em que o cotidiano é uma árdua luta pela vida, em que faltam os mínimos recursos para a sobrevivência, a crença em uma paradisíaca vida eterna *post mortem* coloca-se como uma poderosa forma de alento e como forma de os pobres, estoicamente, suportarem os sofrimentos terrestres.

Apesar disso, a religiosidade dos conselheiristas não se manifestou da forma absolutamente passiva pregada pelo *establishment* católico. O misticismo canudense desdobrou-se em forma de organização popular coletiva,

de forma que, ainda na Terra, fosse possível fazer algo para melhorar suas condições de vida. Não que Canudos fosse um paraíso, longe disso, mas alguns elementos de sua organização ofereciam melhores (ou menos ruins) condições de sobrevivência em face da exploração e da miséria.

Trata-se, por exemplo, do tipo de propriedade coletiva ali existente, que se opunha diametralmente ao tipo de propriedade existente na região – o latifúndio (MOURA, 1964, p. 133). Nesse sentido, Walnice Nogueira Galvão registra que:

Embora não fosse de modo absoluto uma comunidade igualitária, havendo distinção até visível entre mais ricos e mais pobres, como a aparência das casas, todavia alguns traços de igualdade havia, e certamente dados pela religião comum – que costuma apagar apenas idealmente as barreiras de classe ao criar uma organização social *sui generis* que prega a fraternidade. O mais marcante desses traços era a inexistência de propriedade privada da terra. Quem chegasse podia erguer seu barraco, sem pagar nada a ninguém. (...) Eram distribuídos alimentos, roupas e até dinheiro, recebido em donativos pelo Conselheiro e repassado aos destituídos. Por toda a duração do arraial, emissários percorreriam o sertão solicitando esmolas em espécie ou em numerário, o conjunto das quais era administrado pelo líder (GALVÃO, 2001, p. 47).

Essa mesma comunidade da propriedade da terra foi documentada e criticada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, que não a julgou com bons olhos, pelo contrário, considerou-a um exagero decorrente do atraso sócio-cultural dos sertanejos:

Nada queriam desta vida. Por isto a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: a apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota-parte,

revertendo o resto para a "companhia". Os recém-vindos entregavam ao Conselheiro noventa e nove por cento do que traziam, incluindo os santos destinados ao santuário comum. Reputavam-se felizes com a migalha restante. Bastava-lhes de sobra. O profeta ensinara-lhes a temer o pecado mortal do bem-estar mais breve. Voluntários da miséria e da dor, eram venturosos na medida das provações sofridas. Viam-se bem, vendo-se em andrajos (OS, p. 193).

Neste particular, cabe frisar a tortuosa interpretação que Euclides dá a essa organização. O seu argumento é todo baseado em uma falaciosa premissa de que os sertanejos seriam “voluntários da miséria e da dor”, sendo esta a motivação de seu agrupamento. Apesar da presença de um traço mais ou menos conformista peculiar à ideologia cristã, a organização coletiva dos sertanejos já significava, por si só, um gesto em busca da superação da sua miserável realidade.

Em outras palavras, ainda que apostando suas fichas no futuro, no retorno de D. Sebastião e na ascensão ao paraíso celestial, os sertanejos buscaram uma forma outra de organização social, se não igualitária, pelo menos significativamente superior ao regime sócio-econômico em voga na região. Embora longe de um regime de fato comunista, Canudos representou uma experiência histórica bastante avançada no sentido de se opor radicalmente (ainda que por vias tortuosas) ao estado de coisas em que os sertanejos se encontravam.

Pouco ou nada se pode dizer sobre o futuro do arraial caso não houvesse sido desmanchado pelo Estado; é possível que seus fundamentos religiosos e monarquistas os levasse a uma ditadura religiosa, assim como é possível que a forma coletiva de propriedade se desenvolvesse. O certo é que a derrota do arraial significou mais uma tentativa de organização popular abortada.

Como crítico, cabe-me, portanto, escovar a história, buscando, por meio da lembrança, compreender os agentes da guerra de Canudos. Minha argumentação até aqui demonstrou que o sustentáculo principal da sociedade brasileira era a grande propriedade rural, quase sempre movida pelo trabalho

escravo. O grande descontentamento com a exploração da mão-de-obra, a falta de terras próprias para cultivar, as frequentes e castigantes secas e a promessa de uma situação melhor impulsionavam centenas de camponeses a abandonar as fazendas de seus patrões e juntar-se ao grupo de Conselheiro. O êxodo de mão-de-obra levou ao que Walnice Nogueira Galvão chamou de “o medo da oligarquia” (GALVÃO, 2001, p. 55). Esse medo apresentava duas faces: o medo do êxodo dos trabalhadores, que levaria as fazendas à falência; e o medo da ocupação das propriedades pelos camponeses.

Os donos das terras viram ir-se definitivamente seus trabalhadores, nas várias formas que essa subordinação assumia, e ainda assume, no interior camponês: empregado, diarista, agregado, morador, meeiro, etc. Mais um passo, e ao medo de verem suas propriedades definharem por falta de trabalhadores acrescentariam o medo premonitório de verem-nas invadidas e tomadas pelos pobres (GALVÃO, 2001, p. 57).

Walnice dá sequência a seu argumento lembrando que, apesar de as hipóteses que sustentavam o medo nunca terem se concretizado, suas duas faces existiram e fundamentaram muitas decisões cruciais no deflagrar da guerra e durante o combate. As consequências desse medo, que nada mais era senão o sentimento da propriedade, fizeram-se sentir mesmo após anunciada a vitória do exército em Canudos. Observe-se, por exemplo, o ódio que o coronel José Américo de Souza Velho expressava pelos sertanejos:

Impressionante é o rancor alimentado pelo sanguissedento coronel, rancor expresso em termos de arrepiar. Eis o que diz o missivista, para quem as tropas, finda a contenda, estariam degolando *poucos* prisioneiros: ‘Houve para mais de 200 degolados de dois para três dias, seguindo assim, e assim tem seguido. Muitas mulheres e crianças em Monte Santo, seguindo para Bahia para dar mais dispêndio ao Estado! Que devia era ser tudo degolado...’ (GALVÃO, 2001, p. 64)

Qualquer semelhança com o ódio nutrido por boa parte da população em relação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra atualmente não é mera coincidência. A expansão da hegemonia dos latifundiários, atualmente culturalmente sustentada pela mídia (principalmente pela televisão), foi capaz de “popularizar” as ideias de que o direito à propriedade privada da terra é natural. O passo seguinte é considerar que aqueles que lutam contra o latifúndio e a favor da reforma agrária são bandidos, baderneiros e preguiçosos e propor o seu extermínio¹⁸.

Além do medo da oligarquia, referido acima, outro fator importante a ser considerado dentre os motivadores da guerra de Canudos é o medo da Igreja Católica.

Euclides, que conhecia os meandros da vida política baiana (seu sogro, o general Sólton Ribeiro, estava diretamente envolvido nas disputas pelo poder local entre os partidários de Luiz Viana e os de José Gonçalves da Silva), de modo espantoso discute em detalhe apenas o que chamou de “causas próximas da luta” (OS, p. 225), enquanto a análise que faz dos “antecedentes” (OS, p. 219) centra-se em uma superficial condenação dos jagunços.

Para Euclides, o abandono dos sertões por parte do Estado favoreceu o desenvolvimento de um sistema social dependente do “jagunço” e do “mandão político” (OS, p. 220), conformando uma interdependência, geradora do “banditismo indisciplinado” (OS, p. 223). Sua conclusão é que “A campanha de Canudos despontou da convergência espontânea de todas estas forças desvairadas, perdidas nos sertões” (OS, p. 225).

Explicitados os antecedentes, Euclides busca as “Causas próximas da luta” no famoso episódio da compra da madeira em Juazeiro.

¹⁸ Além da guerra midiática organizada contra os movimentos sociais radicais, notemos um outro dado. O maior site de reunião de pessoas do mundo, o Orkut, contém cerca de uma dezena de comunidades que reúnem membros (cerca de cem mil) que declaradamente afirmam odiar o MST. Dentre os fóruns de discussão de uma das comunidades, encontra-se o aterrador “Como vc mataria um sem terra” (sic), que reúne respostas como “eu mataria com gases venenosos ou com cianeto”, “fuzilamento!” ou “tortura”. Disponível em: www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=4111710&tid=2560053907200750583&na=4&nst=1&nid=4111710-2560053907200750583-5326049684154032485, último acesso em 18/08/2009.

Causas próximas da luta

Determinou-a incidente desvalioso.

Antônio Conselheiro adquirira em Juazeiro certa quantidade de madeiras, que não podiam fornecer-lhe as caatingas paupérrimas de Canudos. Contratara o negócio com um dos representantes da autoridade daquela cidade. Mas ao terminar o prazo ajustado para o recebimento do material, que se aplicaria no remate da igreja nova, não lho entregaram. Tudo denuncia que o distrato foi adrede feito, visando o rompimento anelado.

O principal representante da justiça do Juazeiro tinha velha dívida a saldar com o agitador sertanejo, desde a época em que, sendo juiz do Bom Conselho, fora coagido a abandonar precipitadamente a comarca, assaltada pelos adeptos daquele.

Aproveitou, por isto, a situação, que surgia a talho para a desafronta. Sabia que o adversário revidaria à provocação mais ligeira. De fato, ante a violação do trato aquele retrucou com a ameaça de uma investida sobre a bela povoação do S. Francisco: as madeiras seriam de lá arrebatadas, à força. (CUNHA, p. 225-226)

O grupo de Conselheiro de fato partiu rumo a Juazeiro a fim de buscar a madeira pela qual haviam pago, mas que até então não havia sido entregue. Informadas de que os conselheiristas rumavam para Juazeiro, as autoridades solicitaram um destacamento de militares a fim de expulsar os sertanejos. Entretanto, prevenido pela população local, Conselheiro ordena que seu grupo ataque antes, o que acaba lhes rendendo a vitória.

O destaque dado ao episódio da compra da madeira como “causa” é válido apenas se o tomarmos como estopim de uma luta que há muito vinha se desenhando e que acabaria por estourar mais cedo ou mais tarde, haja vista a enorme pressão dos setores mais poderosos da sociedade, como os latifundiários e a igreja, no sentido de por um fim ao arraial de Canudos. O conflito armado, conforme demonstrei até aqui, foi fruto de múltiplas determinações, as quais muitas vezes não se deixam captar facilmente, cabendo à crítica estabelecer as conexões entre elas e apontar seu sentido histórico e político.

3.3 A FORMAÇÃO ÉTNICA BRASILEIRA

Em *Os Sertões*, um dos objetivos centrais de Euclides da Cunha foi desenvolver uma teoria da formação etnológica da população brasileira, com destaque para “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (OS, p. 9).

É notório, contudo, que seu projeto baseava-se fundamentalmente nas teorias racialistas européias, principalmente a de Gumplowicz, que preconizava a “luta de raças” como a “força motriz da história”.

Conforme o próprio Euclides já anuncia em sua “Nota Preliminar”, o objetivo de seu ensaio encontrava-se para além do relato da guerra de Canudos, e a análise da questão etnológica ganhava um papel central no seu trabalho. Esse salto entre um tema e outro poderia, à primeira vista, figurar um tanto desconexo. Afinal, qual seria a relação entre os dois? É justamente essa relação que Euclides buscará demonstrar, tanto por meio da configuração narrativa quanto por meio dos argumentos por ele empregados.

No entanto, a introdução desse problema continua incompleta sem a insistência no seu fortíssimo vínculo com os projetos e as concepções de nação que se desenvolviam naquele momento histórico. Conforme apontei acima, uma das linhas mestras da questão nacional na virada do século era justamente a formação de um povo-nação capaz de elevar o Brasil à condição de país civilizado.

Essa missão teria como principal desafio resolver o “problema” da multiplicidade racial brasileira, cujos traços negros e indígenas eram particularmente rechaçados. A solução político-ideológica do branqueamento por meio da teoria da mestiçagem e da imigração branca tornou-se a salvação do ideal de nacionalidade aspirado pelas elites brasileiras. Imaginava-se que somente com uma população o mais branca possível o Brasil conseguiria tornar-se uma grande nação. Fica evidente, portanto, que se tratava de um conceito de nação fundamentalmente segregante, do qual estava excluída a maior parte da população.

Arrogando-se a tarefa de historiar a guerra de Canudos, Euclides se convence do papel de primeira importância desempenhado pelo meio e pela raça enquanto antecedentes e causas do conflito. O meio, com seu clima

predominantemente tropical, teria contribuído para a formação de tipos incapacitados para a civilização. As três principais raças formadoras da população brasileira (negra, indígena e branca), por meio do processo de mestiçagem, teriam dado origem a sub-raças essencialmente incapacitadas para o desenvolvimento da nação.

Em *Os Sertões*, a questão racial tem um espaço de primeira ordem, principalmente na segunda parte, “O Homem”, destinada a compreender a formação etnológica do Brasil. Conforme demonstramos no capítulo dois, a análise dessa questão na segunda parte do livro inicia-se de uma visão geral, na qual é examinada a história da formação racial brasileira, para uma visão cada vez mais afunilada, visando ao exame do sertanejo e principalmente de Antônio Conselheiro.

Euclides inicia sua teoria da formação etnológica da população brasileira fazendo um balanço do quadro de estudos até então apresentados pelas “investigações antropológicas brasileiras”. Ele parte da premissa de que:

Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos. (OS, p. 72).

Seu argumento prossegue focalizando os três elementos que ele considera formadores das raças mestiças brasileiras: o índio, autóctone; o negro, oriundo de diferentes países; e o branco português. Feitas essas considerações iniciais, o autor sente a necessidade de considerar o resultado do cruzamento dessas três raças e chega à conclusão de que no Brasil se tem “uma mestiçagem embaralhada onde se destacam como produtos mais característicos o *mulato*, o *mamaluco* ou *curiboca*, e o *cafuz*”¹⁹ (OS, p. 75).

Frente à constatação da enorme diversidade de sub-categorias étnicas, o autor descarta a hipótese de que o tipo legitimamente *brasileiro* seria o pardo, ao que se segue igual crítica aos que “preveem a vitória final do branco” e a

¹⁹ Em nota, o próprio autor elucida: “Respectivamente, produtos do negro e do branco; do branco e do tupi (*Cari-boc*, que procede do branco); do tupi e do negro” (OS, p. 75).

extinção do negro e do índio e aos que exageram a influência dos dois últimos (OS, p. 76).

Nesse ponto, percebe-se a inusitada e contraditória oposição de Euclides à tese do branqueamento. Apesar da crítica apresentada nesse trecho, sua ideia posterior de que a raça branca subjugaria a negra e a indígena baseia-se no mesmo pressuposto do darwinismo social.

Apresentados os argumentos acima discutidos, Euclides expõe uma de suas principais teses no que diz respeito à formação de um povo-nação brasileiro. Diz ele:

Não temos unidade de raça.

Não a teremos, talvez, nunca.

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização.

Ou progredimos, ou desaparecemos.

A afirmativa é segura.

Não a sugere apenas essa heterogeneidade de elementos ancestrais. Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram. (OS, p. 77)

O próprio autor sublinha que há no argumento uma inversão (na verdade apenas aparente) das teorias então em voga que viam a evolução biológica como pressuposto da evolução social. Euclides sugere que, no Brasil, é preciso um movimento contrário, ou seja, seria a evolução social o que garantiria a evolução biológica.

O catalisador da evolução social seria a tão almejada civilização, mas com o adendo da necessidade de “um dilatado tempo de vida nacional autônoma”. A contradição é patente: a civilização, elemento essencialmente

compreendido como marca das grandes nações estrangeiras, principalmente europeias, não se conforma à necessidade de uma vida nacional autônoma.

Ao argumento exposto acima, segue-se uma longa análise acerca da “variabilidade do meio físico” brasileiro. Sua principal conclusão é que nele “há no nosso meio físico variabilidade completa” e que isso afeta a própria fisiologia da população, como é caso do calor da Amazônia, por exemplo, que segundo o autor afeta gravemente os órgãos e até a inteligência:

A seleção natural, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem, como conseqüências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A aclimação traduz uma evolução regressiva. O tipo deperece num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite à descendência até a extinção total. (OS, p. 86).

O darwinismo social, que fundamenta as considerações apresentadas acima, traz consigo a ideia da luta de raças, em que inexoravelmente as raças inferiores tendem à extinção. A mesma ideologia fundamenta a análise seguinte do autor, acerca dos reflexos da variabilidade mesológica na história.

Sua reflexão centra-se na “separação radical entre o Sul e o Norte”, fato atribuído ao modo como se deu a colonização portuguesa do Brasil. Aqui a ideia básica é que se formaram no país duas regiões separadas e até antagônicas entre si.

São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais — uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, evoluindo sob os influxos de uma administração única. Ao passo que no Sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo

movimento progressista em suma — tudo isto contrastava com as agitações, às vezes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do Norte — capitânicas esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota (OS, p. 87-88)

A tese da separação entre as regiões justificará uma série de considerações acerca da história de cada uma delas e embasará o argumento principal de Euclides no que diz respeito à formação de um povo-nação brasileiro.

Apresentando a tese de que a formação brasileira do Norte é muito diversa da do Sul, o autor argumenta que as circunstâncias históricas, frequentemente advindas de circunstâncias físicas, deram origem a “diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-as até ao nosso tempo” (OS, p. 94).

As condições mesológicas do Sul, principalmente o clima, facilitador da aclimação dos europeus, e um meio em geral menos adverso, teriam contribuído sobremaneira para o movimento das bandeiras, principalmente em virtude de sua contribuição para a formação do paulista²⁰, visto como “tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de dominador da terra” (OS, p. 88).

Feita a explanação acerca da influência do meio na formação do paulista e partindo da conclusão de que “o meio não forma raças”, mas que “variou demais nos diversos pontos do território as dosagens de três elementos essenciais”, Euclides conclui solenemente que “Não há um tipo antropológico brasileiro” (OS, p. 93).

Quanto à formação brasileira no Norte, a argumentação é centrada nos antecedentes históricos do jagunço, enfatizando o processo de mestiçagem entre índios e portugueses e diminuindo a influência do negro. O autor argumenta que “a primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente, entre o europeu e o silvícola” e que “os africanos tiveram, o primeiro século, uma função inferior” (OS, p. 95). A mestiçagem no interior do

²⁰ O próprio Euclides da Cunha esclarece o uso do termo: “a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e regiões do Sul” (OS, p. 88).

país teria, portanto, originado fundamentalmente mamelucos [curibocas], enquanto a do litoral teria dado origem principalmente a mulatos:

Deste modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral.

Com efeito, admitido em ambos como denominador comum o elemento branco, o *mulato* erige-se como resultado principal do último e o *curiboca* do primeiro (OS, p. 98-99).

Insistindo nesse último aspecto do povoamento, Euclides critica os historiadores que “exageram” ao imputar aos negros um papel maior do que eles realmente tiveram no processo da formação do sertanejo do Norte:

Surpreendidos vários historiadores pela vinda, em grandíssima escala, do africano, que iniciada em fins do século XVI nunca mais parou até o nosso (1850) e considerando que ele foi o melhor aliado do português na quadra colonial, dão-lhe geralmente influência exagerada na formação do sertanejo do Norte. Entretanto, em que pese a esta invasão de vencidos e infelizes, e à sua fecundidade rara, e a suas qualidades de adaptação, apuradas na África adusta, é discutível que ela tenha atingido profundamente os sertões (OS, p. 97).

A insistência na ideia de que o negro pouco influiu na mestiçagem que originou o sertanejo do Norte ganha sentido mais adiante, quando da defesa da tese de que seria o sertanejo, apesar de não apenas o do Norte, o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (OS, p. 105). Isso porque Euclides, em seu anseio de conseguir encontrar um denominador racial comum, que apontasse para a formação de uma raça histórica capaz de impulsionar o desenvolvimento de uma nação, imagina ter encontrado esse elemento no sertanejo. Sendo o negro um elemento indesejável na constituição do povo-

nação, o sertanejo enquanto mestiço principalmente de índios e brancos credenciava-se ao posto de “cerne da nacionalidade”.

O que Euclides chama de “A formação brasileira do Norte” acaba por se mostrar também como a “formação dos sertões brasileiros”. Isso porque, ao expor o modo como as terras foram sendo ocupadas pelos colonizadores, ele revela ao mesmo tempo as terras que foram ou de todo esquecidas ou abandonas à sorte de latifundiários que ganharam sesmarias ou que adentraram o sertão por meio do movimento de entradas e bandeiras. Diz ele:

Constituiu-se, desta maneira favorecida, a extensa zona de criação de gado que já no alvorecer do século XVIII ia das raias setentrionais de Minas a Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão e Ceará pelo ocidente e norte e às serranias das lavras baianas, a leste. Povoara-se e crescera autônoma e forte, mas obscura, desadorada dos cronistas do tempo, de todo esquecida não já pela metrópole longínqua senão pelos próprios governadores e vice-reis. Não produzia impostos ou rendas que interessassem o egoísmo da coroa. (OS, p. 103)

O papel desempenhado pelo latifúndio e pelas missões jesuíticas na formação da população sertaneja é bastante destacado por Euclides, que já nota esse influxo na região da Bahia em fins do século XVII, lembrando, por exemplo, das “abusivas concessões de sesmarias (...) à posse de uma só família, a Garcia d’Ávila (Casa da Torre)”, nas quais encontravam-se “povoados antiqüíssimos” (OS, p. 107).

Regressando pouco mais no tempo, meados do século XVII, o autor analisa a vanguarda das bandeiras do Sul, que permitiu a Domingos Sertão concentrar cinquenta fazendas e centralizar na “fazenda do Sobrado o círculo animado da vida sertaneja” (OS, p. 108). A esse tipo de organização sócio-econômica Euclides dará o nome de “feudalismo achamboado” (p. 108) ou “feudalismo tacanho” (p. 110).

Ostentando, como os outros dominadores do solo, um feudalismo achamboado — que o levava a transmudar, em vassalos os foreiros humildes e em servos os tapuias mansos —, o bandeirante atingindo aquelas paragens, e havendo conseguido o seu ideal de riqueza e poderio, aliava-se na mesma função integradora ao seu tenaz e humilde adversário, o padre (OS, p. 108-109).

É justamente esse tipo de conformação social que Euclides encontra na área que viria a ser ocupada pelo arraial de Canudos tempos depois. Segundo ele, ali se formara desde muito cedo na história do Brasil um alargado povoamento, apesar de esse grande contingente populacional encontrar-se isolado no interior dos sertões brasileiros.

É evidente, pois, que, precisamente no trecho dos sertões baianos mais ligados aos dos demais Estados do Norte — em toda a orla do sertão de Canudos — se estabeleceu desde o alvorecer da nossa história um farto povoamento, em que sobressaía o aborígine amalgamando-se ao branco e ao negro, sem que estes se avolumassem ao ponto de dirimir a sua influência inegável.

(...)

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo (OS, p. 109).

O trecho acima explicita a associação feita por Euclides entre meio e raça: o insulamento geográfico das populações sertanejas teria sido fundamental para o desenvolvimento de um “tipo mestiço bem definido”, que, seria elevado por Euclides ao posto de tipo *brasileiro* ideal.

De acordo com essa teoria, houve um contraste muito grande entre a mestiçagem ocorrida nos sertões e a mestiçagem ocorrida no litoral. Euclides

atribui a formação do mestiço do interior ao que ele chama de “feudalismo tacanho” :

Os possuidores do solo, de que são modelos clássicos os herdeiros de Antônio Guedes de Brito, eram ciosos dos dilatados latifúndios, sem raias, avassalando a terra. A custo toleravam a intervenção da própria metrópole. A ereção de capelas, ou paróquias, em suas terras fazia-se sempre através de controvérsias com os padres; e embora estes afinal ganhassem a partida caíam de algum modo sob o domínio dos grandes potentados. Estes dificultavam a entrada de novos povoadores ou concorrentes e tornavam as fazendas de criação, dispersas em torno das freguesias recém-formadas, poderosos centros de atração à raça mestiça que delas promanava.

Assim, esta se desenvolveu fora do influxo de outros elementos. E entregues à vida pastoril, a que por índole se afeiçoavam, os curibocas ou cafuzos trigueiros, antecedentes diretos dos vaqueiros atuais, divorciados inteiramente das gentes do sul e da colonização intensa do litoral, evolveram, adquirindo uma fisionomia original. Como que se criaram num país diverso. (OS, p. 110)

Segundo Euclides, portanto, a sociedade sertaneja organizou-se em torno do domínio dos grandes potentados, que agiram como uma espécie de barreira para o restante do país e como pólos de concentração dos habitantes da região. Sua notável conclusão é que os sertanejos “como que se criaram num país diverso”, tese que retoma a já anteriormente exposta concepção dos “dois Brasis”.

Ainda com relação às diferenças entre a mestiçagem do sertão e a do litoral, é bastante notável o “parêntese irritante” aberto por Euclides a fim de explicitar sua concepção da mestiçagem, reafirmando a tese de que o sertanejo seria o tipo mais apropriado para, a longo prazo, constituir a base do povo-nação brasileiro.

O principal argumento do autor é que “a mestiçagem de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial” e que “a mestiçagem extremada é um retrocesso” (OS, p. 113). Isso porque, segundo ele, apesar dos influxos da raça superior no mestiço, aparecem muitos “estigmas da inferior”, sendo que o mestiço é “quase sempre, um degenerado”. Em outras palavras, “o mestiço — mulato, mamaluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (OS, p. 114).

A argumentação sugere ainda que, no interior do processo da luta de raças, o mestiço seria um intruso, pois não lutou, não é resultado de uma integração de esforços, e sim um elemento dispersivo e instável, variando entre influências raciais opostas e divergentes. Nesse sentido, “a tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade”, o que demonstraria uma tendência ao equilíbrio. Equilíbrio esse que supostamente tenderia ao apagamento do elemento negro na mestiçagem em função de os mestiços buscarem relacionar-se preferencialmente com brancos, a fim de gerar descendentes racialmente mais fortes e superiores.

O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida; o mamaluco faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-se, ferozmente, sobre as cabildas aterradas...

Esta tendência é expressiva. Reata, de algum modo, a série contínua da evolução, que a mestiçagem partira. *A raça superior torna-se o objetivo remoto para onde tendem os mestiços deprimidos e estes, procurando-a, obedecem ao próprio instinto da conservação e da defesa* (OS, p. 115, grifo meu).

Esse trecho revela o retorno, embora mascarado, da ideologia do branqueamento. Contraditoriamente ao que defendera anteriormente, o autor demonstra partilhar, no mínimo, dos princípios gerais dessa ideologia. O argumento é bastante claro: o cruzamento com o negro seria desfavorável para

a autopreservação da espécie e, portanto, deveria ser evitado. A solução encontrava-se no cruzamento com o branco.

Finalizada sua exposição acerca da inferioridade do mestiço, Euclides se vê na dificuldade de explicar o sertanejo do Norte, que, segundo ele, traria acentuado o antagonismo de tendências raciais opostas. A explicação encontrada é que no caso do sertanejo, ao contrário dos casos de mestiçagem em geral, em que “a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização” (OS, p. 116), o insulamento nos sertões teria contribuído para que houvesse uma melhor adaptação e capacitado os sertanejos para um desenvolvimento futuro.

Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados.

A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização (OS, p. 116)

Esse aspecto é apontado como fundamental para a diferenciação entre a mestiçagem do litoral e a mestiçagem dos sertões. O mestiço dos sertões não teria sofrido com as “exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo”, mas o processo histórico de sua formação o teria habilitado para alcançar a civilização no futuro.

É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia.

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os

atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente (OS, p. 117).

Os argumentos apresentados acima corroboram a proposta euclidiana de que o sertanejo, caso tivesse tempo histórico suficiente, poderia ser a base étnica da nação que estava por se formar. Curiosamente, o autor é levado a concluir que o abandono ao qual foram submetidos os sertanejos acabou por ser-lhes benéfico, pois os teria resguardado dos malefícios advindos da violenta submissão à civilização.

A antítese entre os benefícios e os malefícios da civilização aponta para outro aspecto contraditório da concepção de nação apresentada por Euclides. Trata-se da hesitação em face do lugar ocupado pelo processo civilizatório na formação da nação brasileira. Por um lado, entrar para o grupo das nações civilizadas apresenta-se como o grande objetivo das elites brasileiras; esse ideal de civilização traduzia-se na prática em termos econômicos, políticos e culturais. Por outro lado, o autor demonstra um agudo senso crítico ao perceber os riscos e os perigos do processo “civilizatório”, principalmente pensando em toda a violência que o outro lado da moeda da civilização, a barbárie, traz consigo.

Dando prosseguimento à sua argumentação, Euclides analisa alguns dos principais traços sócio-culturais dos tipos brasileiros: o sertanejo, o vaqueiro, o jagunço, o gaúcho. Essa análise enseja a passagem ao estudo da “religião mestiça” dos sertanejos, atribuída essencialmente ao insulamento no deserto e ao atraso biológico do mestiço.

Insulado deste modo no país, que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação mais alta.

O círculo estreito da atividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do

índio e do africano. E o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

A sua religião é como ele — mestiça (OS, p. 143).

Ao discorrer acerca do tipo de religião e do papel por ela desempenhado no âmbito da sociedade sertaneja, o autor volta a recorrer a um dos pilares de sua teoria da formação da nação brasileira: a teoria dos dois Brasis e da dupla temporalidade histórica. Nesse caso, a ideia básica é que o Brasil esquecido no interior estaria historicamente atrasado, em um estágio bastante inferior de desenvolvimento sócio-cultural. O Brasil do litoral, por outro lado, estaria num estágio historicamente mais avançado, mas sofria com a degeneração resultante de um malfadado processo de adequação ao mundo civilizado.

À argumentação acerca da religiosidade sertaneja soma-se um breve histórico de movimentos messiânicos no interior, como, por exemplo, o movimento da Pedra Bonita em Pernambuco no século XVIII (OS, p. 147). É nesse contexto que se introduz um amplo estudo da figura de Antônio Conselheiro, visto pelo autor como alguém que se encontra no limiar entre sanidade e loucura: “A sua frágil consciência oscilava em torno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não se poder traçar entre o bom senso e a insânia” (OS, p. 156).

Segundo Euclides, o misticismo de Conselheiro foi fruto do meio atrasado em que vivia. Além disso, teria sido graças a esse meio historicamente retrógrado que o profeta teria se mantido são e capaz de desenvolver seu aspecto religioso.

Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua neurose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. Ali, vibrando a primeira uníssona com o sentimento ambiente, difundido o segundo pelas almas todas que em torno se congregavam, se normalizaram (OS, p. 156).

O quadro de referência da dupla temporalidade histórica que embasa a análise da formação do Brasil empreendida pelo autor serve também de arcabouço para a compreensão da religiosidade de Conselheiro. O “misticismo estranho” do profeta seria, na verdade, não uma anormalidade, mas um traço típico da religiosidade antiga, ainda do tempo do cristianismo primitivo.

Os traços mais típicos do seu misticismo estranho, mas naturalíssimo para nós, já foram, dentro de nossa era, aspectos religiosos vulgares. Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-los há pouco, de relance, em período angustioso da vida portuguesa.

Poderíamos apontá-los em cenário mais amplo. Bastava que volvéssemos aos primeiros dias da Igreja, quando o gnosticismo universal se erigia como transição obrigatória entre o paganismo e o cristianismo, na última fase do mundo romano em que, precedendo o assalto dos bárbaros, a literatura latina do ocidente declinou, de súbito, mal substituída pelos sofistas e letrados tacanhos de Bizâncio (OS, p. 155).

Vê-se, portanto, que todos os aspectos da religiosidade de Conselheiro são explicados com base no quadro geral da teoria euclidiana acerca da formação e da organização da sociedade brasileira. Lembremos que no cerne dessa teoria encontram-se a “dialética da civilização”, com seus dois gumes, e a teoria da dupla temporalidade histórica.

Vista como étnica e culturalmente atrasada, historicamente retrógrada, a sociedade sertaneja, mística por excelência, teria encontrado em Conselheiro uma liderança e um guia.

Tornou-se logo alguma coisa de fantástico ou mal-assombrado para aquelas gentes simples. Ao abeirar-se das rancharias dos tropeiros aquele velho singular, de pouco mais de trinta anos, fazia que cessassem os improvisos e as violas festivas.

Era natural. Ele surdia — esqualido e macerado — dentro do hábito escorrido, sem relevos, mudo, como uma sombra, as chapadas povoadas de duendes...

Passava, buscando outros lugares, deixando absortos os matutos supersticiosos.

Dominava-os, por fim, sem o querer.

No seio de uma sociedade primitiva, que pelas qualidades étnicas e influxo das santas missões malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. [...] A sua insânia estava, ali, exteriorizada. Espelhavam-na a admiração intensa e o respeito absoluto que o tornaram em pouco tempo árbitro incondicional de todas as divergências ou brigas, conselheiro predileto em todas as decisões. [...] Remodelava-o à sua imagem. Criava-o. Ampliava-lhe, desmesuradamente, a vida, lançando-lhe dentro os erros de dous mil anos.

Precisava de alguém que lhe traduzisse a idealização indefinida, e a guiasse nas trilhas misteriosas para os céus...

O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato.

Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças. E cresceu tanto que se projetou na História... (OS, p. 166-167)

A liderança de Conselheiro é compreendida, portanto, como decorrente do misticismo ingênuo dos sertanejos, que precisaria de um líder capaz de conduzi-los num caminho transcendental para o reino dos céus. Paulatinamente, um grupo cada vez maior de pessoas passa a seguir Conselheiro em suas peregrinações pelo Nordeste brasileiro até fixar-se em Canudos por volta de 1893.

Até então, a relação do grupo com o Estado e a sociedade era bastante ambígua. Por um lado, a população de maneira geral era simpática aos conselheiristas, prova disso era o número sempre alto de fiéis que acorriam às predicas do Conselheiro em todas as cidades por onde passava. Aliás, durante certo tempo, mesmo a igreja era simpática às ações do grupo, em virtude dos benefícios materiais levados por eles às cidades, como construções e reformas de igrejas, por exemplo.

No entanto, aos poucos as oligarquias e o alto comando da igreja passaram a se indispor com o grupo, principalmente em função do medo de perder o poderio político, a mão-de-obra barata e o controle dos fiéis.

3.4 OS CRIMES DA NACIONALIDADE

O conflito armado em Canudos, do ponto de vista da questão nacional, conforma-se às questões anteriormente analisadas. A consolidação da República em todo o território brasileiro passou por um complexo movimento de afirmação da hegemonia do Estado. Para tanto, dentre outros elementos, várias foram as revoltas anti-republicanas enfrentadas pelo governo. O arraial de Canudos, não sendo um movimento essencialmente anti-republicano, não deixava de apresentar também esse traço, e com vigor.

A grande motivação da reunião do enorme contingente populacional em Canudos foi conscientemente religiosa. Contudo, no cerne dessa motivação, encontram-se o insustentável insulamento dessas pessoas pelos sertões, longe de qualquer contribuição positiva do Estado; a falta de perspectivas de uma vida melhor nas cidadelas e fazendas por elas anteriormente habitadas; a promessa de uma vida melhor no paraíso celestial, por meio da salvação da alma; e, ainda na Terra, de fato melhores condições de vida no interior do arraial.

A análise do conflito armado por parte de Euclides, no que diz respeito à questão nacional, apresenta um traço dominante, que não foge às contradições discutidas acima: trata-se da oposição entre sertão e litoral, civilização e barbárie, que estaria no cerne das motivações do conflito.

Em uma primeira visão, o sertão é entendido como um espaço isolado do restante do país, alijado do processo de constituição da nação brasileira, pobre e atrasado. O litoral representa o progresso, material e cultural, resultante dos benefícios da civilização; representa, de modo geral, o Estado brasileiro.

A narração da luta, portanto, representa muito mais que um simples combate armado entre militares e sertanejos. Uma leitura dialética possibilita ao crítico estabelecer as conexões existentes entre os diversos elementos relacionados à luta, muitas delas por vezes ocultadas ou omitidas por Euclides, tais como a influência dos latifundiários, da igreja, dos militares e do governo.

Nesse sentido, passo a analisar a luta a partir de alguns pontos de vista, intrinsecamente relacionados: a luta como meio de garantir o poder do Estado; como meio de acalmar o medo dos fazendeiros e da igreja; como exemplo para

a população, a fim de evitar outras insurreições; e como forma de impor a civilização.

Canudos foi, na perspectiva dos camponeses, uma luta em defesa de sua organização social religiosa alternativa ao regime social movido pelo latifúndio. Na perspectiva da classe dominante, a guerra foi um meio de, em um momento crítico da afirmação do Estado-nação brasileiro, garantir sua hegemonia.

Sendo assim, Euclides irá representar o exército brasileiro como metonímia do Estado. Observe-se o seguinte trecho, em que o narrador analisa um momento de dificuldade das tropas republicanas:

Pensavam: nos quatro lados daquele quadrado mal feito inscreviam-se os destinos de República. Era preciso vencer. Repugnava-os, revoltava-os, humilhava-os angustiosamente aquela situação ridícula e grave, ali, no meio de canhões modernos, sopesando armas primorosas, sentados sobre cunhetes repletos de cartuchos — e encurralados por uma turba de matutos turbulentos... (OS, p. 335)

De acordo com o narrador, o exército assume conscientemente o encargo de garantir o futuro. Fica bastante clara também nesse trecho a disparidade entre o poderio bélico dos soldados e o dos sertanejos. Tal disparidade é um dos aspectos mais analisados por Euclides durante “A Luta”, principalmente por se tratar, para ele, da mais perfeita manifestação do atraso dos sertanejos em relação às populações litorâneas. Todavia, interessa a Euclides o fato de, apesar da disparidade tecnológica, os sertanejos conseguirem opor tanta resistência às investidas dos militares, obrigando o governo a enviar quatro expedições no total, para só na última atingir seu intento.

Essa resistência, observa o narrador, é fruto do fato de o sertanejo constituir uma “sub-raça forte” (apesar de mestiça), mas principalmente por, em virtude de encontrar-se num tempo histórico atrasado, estar mais próxima da vida natural. A proximidade com a natureza garante-lhe a associação com a

vegetação e com o clima agreste, numa simbiose tal que chegam a parecer ao inimigo um corpo só. É importante destacar a contradição presente nessa análise do narrador acerca da relação do sertanejo com a natureza. Lembre-se que, na primeira parte do livro, a natureza é apresentada como inimiga do homem do sertão, que sofre com a seca, com o clima, com a falta de alimentos, etc. Neste ponto da narrativa, essa relação sofre uma inversão, e o sertanejo passa a ter na natureza uma aliada.

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.

E o jagunço faz-se o guerrilheiro-tugue, intangível...

As caatingas não o escondem apenas, amparam-no.

[...]

A situação rapidamente engravesce, exigindo resoluções enérgicas. Destacam-se outras unidades combatentes, escalonando-se por toda a extensão do caminho, prontas à primeira voz; — e o comandante resolve carregar contra o desconhecido. Carrega-se contra os duendes. A força, de baionetas caladas, rompe, impetuosa, o matagal numa expansão irradiante de cargas. Avança com rapidez. Os adversários parecem recuar apenas. Nesse momento surge o antagonismo formidável da caatinga.

As seções precipitam-se para os pontos onde estalam os estampidos e estacam ante uma barreira flexível, mas impenetrável, de juremas. Enredam-se no cipoal que as agrilhoa, que lhes arrebatam das mãos as armas, e não vingam transpô-lo. Contornam-no. Volvem aos lados. Vê-se um como rastilho de queimada: uma linha de baionetas enfiando pelos gravetos secos. Lampeja por momentos entre os raios do sol joeirados pelas árvores sem folhas; e parte-se, faiscando, adiante, dispersa, batendo contra espessos renques de xiquexiques, unidos como quadrados cheios, de falanges, intransponíveis, fervilhando espinhos... (OS, p. 240-241)

Serão justamente esses traços de maior proximidade com a natureza e o insulamento geográfico que levarão Euclides a conceber o sertanejo como o tipo ideal para vir povoar a nascente nação brasileira. Sendo um escritor eminentemente empenhado, o autor, que antes da ida ao palco da luta demonstrara-se favorável ao combate, porque se tratava de defender os interesses da República, em sua narração atribui um novo significado ao conflito, que passa a ser visto como um crime da nacionalidade contra a nacionalidade.

Por um lado, encontrava-se a “nacionalidade já constituída”, isto é, o Brasil oficial, independente desde 1822, organizado politicamente em torno do Estado monárquico, recentemente transformado em República, cujas principais ações giraram em torno dos estados litorâneos, principalmente do Sudeste. De outro lado encontrava-se a nacionalidade real não concretizada²¹, uma possibilidade histórica de congregar elementos até então separados, mas que foi preterida em nome de um projeto de nação excludente e opressor.

Minha análise demonstrou até aqui, em linhas gerais, de que modo Euclides compreende a luta. É preciso, porém, fazer uma análise mais detalhada de alguns aspectos específicos da narrativa euclidiana capazes de iluminar a questão como um todo, dando a ver suas contradições.

Como em praticamente todo o restante da obra, a narração do conflito armado é presidida formalmente por antinomias. Nesse caso em específico, elas decorrem da cisão ideológica operada no autor no que respeita à real significação do arraial e aos verdadeiros intuitos da República ao enviar as tropas para o sertão da Bahia.

Em “A Luta”, funcionando como uma espécie de palimpsesto à narração do conflito armado, encontra-se a análise da questão nacional, orientada basicamente pelas antinomias “sertão x litoral” e “civilização x atraso”. Assim, selecionamos algumas passagens, a fim de aprofundar essa discussão.

Primeiramente, o autor expõe a polaridade entre litoral e sertão como uma das razões que levaram à guerra, explicação que será constantemente

²¹ O tema da formação interrompida da nação encontra-se muito bem desenvolvido por Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*, e por Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*. A relação entre formação da literatura e não formação da nação, por nós analisada no capítulo 1, encontra seu marco na *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. Veja-se a esse respeito também o ensaio “Os sete fôlegos de um livro”, de Roberto Schwarz.

retomada. Em seguida, alguns elementos que ilustram essa polaridade e que também são apresentados como vinculados à contradição entre atraso e civilização surgem como elementos centrais à compreensão da luta: a disparidade de armamentos e o significado político da intervenção armada em Canudos para a manutenção da hegemonia do Estado nacional em construção.

A disparidade de armamento é frequentemente evocada com o intuito de exemplificar o atraso dos sertanejos e a superioridade do exército, que, em termos culturais e tecnológicos, estaria bastante adiantado. Nesse sentido, no entanto, a obra, ainda que à revelia do autor, coloca-se a todo o momento as seguintes questões: o que é civilização? O que é atraso? Em que medida o progresso não contém em si muito de barbárie, sendo um a contra-face do outro?

Observemos o seguinte trecho da obra, a fim de equacionarmos os problemas acima relacionados:

Sob a sugestão de um aparato bélico, de parada, os habitantes preestabeleceram o triunfo; invadida pelo contágio desta crença espontânea, a tropa, por sua vez, compartilhou-lhes as esperanças.

Firmara-se, de antemão, a derrota dos fanáticos.

Ora, nos sucessos guerreiros entra, como elemento paradoxal embora, a preocupação da derrota. Está nela o melhor estímulo dos que vencem. A história militar é toda feita de contrastes singulares. Além disto a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo. Na sua maneira atual é uma organização técnica superior. Mas inquinam-na todos os estigmas do banditismo original. Sobranceiras ao rigorismo da estratégia, aos preceitos da tática, à segurança dos aparelhos sinistros, a toda a altitude de uma arte sombria, que põe dentro da frieza de uma fórmula matemática o arrebrandamento de um *shrapnel* e subordina a parábolas invioláveis o curve violento das balas, permanecem — intactas — todas as brutalidades do homem primitivo. E estas são, ainda, a vis a *tergo* dos combatentes. (OS, p. 256).

Esse trecho é exemplar em relação ao modo como o autor trabalha a contradição entre progresso e barbárie. Os soldados, conforme narra Euclides,

estavam equipados com muito do que existia de mais moderno em termos bélicos à época, enquanto os sertanejos lutavam com armas artesanais, quase primitivas: clavinotes, machados, lanças, etc.

A questão não se restringe, porém, à disparidade tecnológica. Sendo a arma um dos principais instrumentos desenvolvidos pela humanidade a fim de dominar a natureza, ela acabou transformando-se, por extensão, em um instrumento de dominação também do homem pelo homem. Ao notar que as brutalidades do homem primitivo permanecem intactas perante o avanço tecnológico bélico, o autor sugere que esse primitivismo seria mesmo a *anima* do progresso. Em outros termos, levando ao limite a sugestão de Euclides, o progresso se faz às custas da barbárie que ele mesmo pretende superar.

No que respeita à outra questão apontada por Euclides ao longo de “A Luta”, o significado da guerra para a consolidação da nação, é preciso inicialmente expor seus argumentos básicos.

O fato é que a fé na República enquanto o meio ideal para se alcançar a efetiva construção de uma nação livre, soberana e igualitária não resiste à constatação *in loco* das atrocidades cometidas por esse regime em nome do progresso. Apesar da tão famosa e louvada “traição de classe” do autor, sua narração não se efetiva esteticamente (e entenda-se aqui politicamente) como um enunciado ideologicamente vinculado apenas à causa dos vencidos; percebe-se nele, a todo momento, o influxo da voz do vencedor, que busca inscrever mais uma vitória na história de modo a apagar os rastros da luta de classe que a move. Uma leitura alegórica, no entanto, nos permite encontrar em *Os Sertões* a narração não simplesmente do massacre dos canudenses pelos republicanos, mas recuperar o sentido político historicamente apagado pela historiografia oficial do movimento de Canudos, que significou, em poucas palavras, a possibilidade de constituição de uma organização social coletiva contraposta ao regime da grande propriedade latifundiária.

Existe em *Os Sertões*, portanto, um dos problemas centrais da literatura e da historiografia brasileiras, que é a representação do outro de classe²², e que se manifesta no texto em termos formais. A análise da composição narrativa empreendida no capítulo dois demonstrou que tanto o foco narrativo

²² Cf. o ensaio “Formação e representação”, de Hermenegildo Bastos (2006).

quanto o emprego da linguagem (principalmente por meio de caracterizadores e dêiticos) revelam, adaptando o termo de Antonio Candido, a dupla filiação de Euclides: intelectual, ideológica e politicamente está ligado ao Estado; emocionalmente está ligado aos sertanejos.

Não se trata aqui de, a exemplo do que muito já se fez, simplesmente desculpar ou condenar Euclides da Cunha por ter se colocado ao lado do exército e do poder constituído e contra os sertanejos em vários momentos da narração, como quando chama os militares de heróis (OS, p. 279). Interessamos, sobretudo, justamente forçar a contradição e investigar o sentido da própria antinomia, que por si só já é um sintoma do desajuste enfrentado pelo país.

Conforme explicita em nota à segunda edição de *Os Sertões*, essa obra seria não um livro de defesa, mas um livro de ataque (OS, p. 596). Ataque às brutalidades, “selvatiquezas”, cometidas pelo exército no sertão da Bahia em nome da civilização e da preservação da República.

A tropa, a marche-marche, prosseguia, agora, sob a atração irreprimível da luta, nessa ebbriez mental perigosíssima, que estonteia o soldado duplamente fortalecido pela certeza da própria força e a licença absoluta para as brutalidades máximas. (OS, p. 316)

“Canudos dissolvido a bala, e a fogo e a espada” (p. 303), esta era a palavra de ordem do coronel Moreira César, o “Corta-cabeças”, comandante da segunda expedição a Canudos, escolhido em função de seus sucessos em batalhas anteriores travadas no Sul, graças aos quais se transformara no novo ídolo nacional (286). Narrando os acontecimentos da segunda expedição, Euclides traz à tona esses dois aspectos do conflito: a brutalidade do exército e os influxos da opinião nacional, mas não os relaciona, tarefa que deixa a cargo do leitor. Contudo, apenas narrando a quarta expedição são expostos com profundidade os argumentos acerca da importância da consciência nacional

para o desenrolar da guerra. Sigamos, portanto, a trilha aberta por ele, investigando em que termos se deu essa relação²³.

Comentando a disputa entre o governo estadual da Bahia e o governo federal acerca da organização da segunda expedição, montada após o primeiro combate, travado em Masseté, diz Euclides:

Contravinha o chefe militar entendendo ter a repressão legal vingado o círculo das diligências policiais, cumprindo-lhe não mais prender criminosos, "mas extirpar o móvel de decomposição moral que se observava no arraial de Canudos em manifesto desprestígio à autoridade e às instituições", acrescentando que a força federal deveria seguir bastante forte para se subtrair à contingência de "retiradas prejudiciais e indecorosas". O governo estadual, porém, agindo dentro do elástico art. 6.º da Constituição de 24 de fevereiro, cerrou a controvérsia levantando o espantelho de uma ameaça à soberania do Estado, e repelindo a intervenção que lhe implicava incompetência para manter a ordem nos seus próprios domínios. Deslembrou-se que em documento público se confessara desarmado para suplantar a revolta e que, apelando para os recursos da União, justificava, naturalmente, a intervenção que procurava encobrir.

Vinha serôdio o falar em soberania apisoada pelos turbulentos impunes. Ademais ninguém se iludia ante a situação sertaneja. Acima do desequilibrado que a dirigia estava toda uma sociedade de retardatários. O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da neurose. A desordem, local ainda, podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do Norte. De sorte que a intervenção federal exprimia o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos Estados numa questão que interessava não já à Bahia, mas ao país inteiro.

Foi o que sucedeu. A nação inteira interveio. Mas sobre as bandeiras vindas de todos os pontos, do extremo norte e do extremo sul, do Rio Grande ao Amazonas, pairou sempre, intangível, miraculosamente erguida pelos exegetas constitucionais, a soberania do Estado... (OS, p. 246-247).

²³ Optamos por não seguir necessariamente a ordem cronológica da narração de Euclides, buscando estabelecer as relações dialéticas entre aspectos da questão nacional muitas vezes por ele escamoteadas em função de suas escolhas narrativas positivistas.

Esse fragmento é imensamente elucidativo, pois concentra em si as principais nuances do modo como a questão nacional se colocou durante a luta.

O primeiro aspecto é o da justificativa forjada pelo Estado (tanto em sua dimensão local quanto nacional) para a intervenção armada em Canudos. A argumentação concentrou-se na ideia de que o arraial significava uma ameaça à soberania do Estado, colocando em xeque a consolidação da República. Além disso, fica claro que o intuito da intervenção do estado não foi resolver o problema da população sertaneja, faminta e miserável, mas sim acabar com o conflito a qualquer custo (no caso, o custo eram vidas).

Todas as evidências, no entanto, indicam o equívoco dessa justificativa. Já o próprio Euclides, após o breve período em que esteve em Canudos, chega à conclusão de que aquele movimento não era essencialmente um movimento monarquista, anti-republicano, embora deva ser feita a ressalva de que existia sim um traço anti-republicano, decorrente principalmente da concepção de Antonio Conselheiro de que a República representava o Anticristo, principalmente por oficialmente desligar a igreja do Estado e instituir o casamento civil.

O segundo aspecto que cabe ressaltar é o caráter exemplar da intervenção militar: ela seria necessária a fim de evitar que a mobilização dos conselheiristas servisse de inspiração para outras mobilizações populares. Assim, o massacre da população de Canudos passava a ser um exemplo para as populações dos demais estados.

Por fim, fundamentalmente interessa analisar a declaração de Euclides de que “a nação inteira interveio” em Canudos. De que nação se tratava? Aqui claramente o conceito de nação é empregado como sinônimo de Estado, o que, evidentemente, corresponde a uma parcela bastante restrita da população. Tratava-se, basicamente, dos governos estaduais organizados em torno de um objetivo comum, que era desbaratar Canudos. Para tanto, não apenas foi necessário o envio de tropas vindas de todos os cantos do país, como também convencer a população do perigo representado pelo grupo de Conselheiro (uma ameaça à soberania nacional) e da necessidade da guerra.

Fica assim evidente que a Guerra de Canudos teve uma significação geral que extrapola as “Causas próximas da luta” elencadas por Euclides. Tendo demonstrado ao longo do capítulo o modo como elementos de instâncias variadas mas conexas, tais como a questão agrária e a formação étnica do país, convergiram tanto para a formação do arraial de Canudos como para o posterior conflito armado entre os sertanejos e as tropas do governo.

Como saldo do conflito, Euclides conclui que a luta fora um crime *da* nacionalidade *contra* uma nacionalidade ainda em formação e que um dia poderia vir a constituir-se plenamente. O autor explicita, portanto, os níveis contraditórios que a questão nacional assumia naquele momento: em nome da nação justificava-se o extermínio de “patrícios”, que ficavam à margem do processo.

CONCLUSÃO

*“Está nascendo um novo líder
No Morro do Pau da Bandeira”
Leci Brandão, Zé do Caroço*

Ao longo de toda a dissertação, meus esforços se deram no sentido de evidenciar o complexo movimento de relação entre a literatura e a nação brasileira. No caso de *Os Sertões*, demonstrei que a grande marca da relação com o nacionalismo é a contradição.

Nestas páginas finais, no entanto, gostaria de ressaltar uma relação que ficou diluída ao longo do texto, mas que merece ser desenvolvida com mais profundidade: a dialética da ideologia do progresso e a radicalidade política da rememoração da Guerra de Canudos nos dias atuais, principalmente por meio da leitura e da crítica de *Os Sertões*. Para tanto, me embaso uma vez mais na filosofia da história de Walter Benjamin.

Ao elaborar sua filosofia da história, o pensador alemão coloca-se abertamente contra a filosofia histórica do progresso, a qual, segundo ele, se coloca sempre ao lado do vencedor. Segundo a ideologia historicista/positivista da história, o papel do historiador seria apresentar, de forma neutra, o passado do modo como ele realmente se deu. Ora, essa pretensão à neutralidade e à fidelidade aos fatos na verdade tenta esconder um posicionamento muito bem determinado: a visão que esse historiador transmite é a do vencedor, pelo qual ele nutre empatia.

Michael Löwy lembra que, na concepção de Benjamin:

o historiador revolucionário sabe que a vitória do inimigo atual ameaça até os mortos (...) pela falsificação ou pelo esquecimento de seus combates. Ora, ‘esse inimigo não tem cessado de vencer’: do ponto de vista dos oprimidos, o passado não é uma acumulação gradual de conquistas, como na historiografia ‘progressista’, mas sobretudo uma série interminável de derrotas catastróficas (LÖWY, p. 66).

Das críticas ao progressismo, emerge a “tarefa” do historiador materialista: escovar a história a contrapelo, ou seja, posicionar-se ao lado dos vencidos, levando em consideração tudo o que aconteceu depois de determinado momento histórico, articulando o passado com o presente (o presente tem o poder de, como uma centelha, iluminar um acontecimento passado, atribuindo-lhe um novo significado na luta de classes). A filosofia da história benjaminiana surge, como em seu texto “Alarme de incêndio” (BENJAMIN, 1995, p. 45), como um alerta em relação à catástrofe iminente.

A história lhe parece [ao historiador materialista] uma sucessão de vitórias dos poderosos. O poder de uma classe dominante não resulta simplesmente de sua força econômica e política ou da distribuição da propriedade, ou das transformações do sistema produtivo: pressupõe sempre um triunfo histórico no combate às classes subalternas. Contra a visão evolucionista da história como acumulação de ‘conquistas’, como ‘progresso’ para cada vez mais liberdade, racionalidade ou civilização, ele a percebe ‘de baixo’, do lado dos vencidos, como uma série de vitórias de classes reinantes (LÖWY, 2005, p. 60).

É preciso que a ventania do progresso pare de soprar, que os oprimidos tomem para si a tarefa de realizar os objetivos de tantos vencidos ao longo da história: levar a cabo a revolução e acabar com o sistema de classes (“o cortejo triunfal dos vencedores”).

Ainda em contraposição à concepção positivista da história, vale reforçar o argumento de Benjamin segundo o qual

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (,,,) Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela (BENJAMIN, 1994 p. 224).

O trecho acima nos remete a dois conceitos fundamentais do pensamento de Benjamin: a rememoração e a redenção. Em linhas gerais, pode-se compreender a rememoração como a atividade de trazer à memória (e à luta política) as vítimas das lutas passadas; a redenção (cujo traço messiânico não pode ser esquecido) diz respeito à emancipação dos oprimidos.

A relação que Benjamin faz entre passado, presente e futuro passa fundamentalmente pelo conceito de “redenção”, que é por ele entendida sobretudo como rememoração histórica das vítimas do passado. Todavia, como acentua Löwy (2005), “a rememoração, a contemplação, na consciência, das injustiças passadas, ou a pesquisa histórica, aos olhos de Benjamin, não suficientes” (p. 51). Para Benjamin, a fim de que a redenção aconteça é fundamental que haja a “reparação” do sofrimento dos vencidos, ou seja, é preciso que se realizem os objetivos pelos quais estes lutaram e morreram.

Redenção significa, portanto, emancipação dos oprimidos. Não de forma idealista ou simplesmente sentimental: ao dizer que um pacto secreto nos liga aos vencidos, Benjamin tem em mente a realização concreta – e como tarefa não apenas das gerações futuras, mas principalmente da atual – da transformação radical da sociedade. Uma transformação que ponha fim à marcha avassaladora do progresso, que carrega a humanidade para o abismo. Em suas palavras, para que os vencidos descansem em paz, é necessário que o inimigo (os historicamente vencedores) cesse de ganhar.

O passado surge como uma força – mesmo que tênue, como ele mesmo enfatiza – que deve ser buscada por nós, no momento presente, no âmbito da luta de classes. Benjamin concebe a história como luta permanente entre oprimidos e opressores, sendo que a luta pela emancipação, em cada presente, é uma tarefa deixada pelos vencidos às gerações posteriores.

Sendo assim, nossa leitura nos permite considerar a obra máxima de Euclides da Cunha também como um “aviso de incêndio”, isto é, um alerta frente às ameaças a nós impostas pela política do progresso, que tem no conceito de civilização um de seus principais sustentáculos. O autor, é

evidente, não pode ser considerado um “benjaminiano”, principalmente porque ele partilha e defende, em muitas instâncias, a ideologia do progresso, apesar de também criticá-la. Os *Sertões* encontra-se, portanto, no cerne da contradição do progressismo.

No que diz respeito à cultura, o principal lastro da ideologia civilizatória do progresso encontra-se no conceito de esclarecimento, que, no Brasil, foi amplamente impulsionado pela atividade dos literatos.

Antonio Candido argumenta que um dos principais traços da literatura brasileira em seu processo de formação foi seu caráter empenhado. Segundo o crítico, o projeto de construir uma literatura independente da de Portugal também foi o de construir uma nação. Esse empenho, esteticamente, será manifestado, por um lado, por meio do descritivismo exótico, do ufanismo e da caracterização estereotipada dos personagens; por outro lado, o empenho possibilitará a captação das fraturas da sociedade brasileira.

No Brasil, o que se poderia chamar mais estritamente de “nossa Época das Luzes” – isto é, o período em que, entre nós, o *saber* paulatinamente arrogou a si o caráter de discurso de maior validade e prestígio – configura-se tardiamente no século XIX, impulsionada pela difusão do pensamento iluminista a partir da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, apesar de já se encontrar em estágio de formação desde o século XVIII.

Perante os olhos dos intelectuais brasileiros, o reinado de D. João VI “abria para o país a era do progresso” (CANDIDO, 2006a, p. 239). Dentre os benefícios advindos da presença da corte portuguesa no Brasil, podem-se citar a diminuição da censura, a fundação de cursos técnicos e superiores, um paulatino movimento de divulgação do saber por meio de conferências públicas e da imprensa periódica, a fundação de bibliotecas públicas, a abertura de livrarias, etc (CANDIDO 2006a, p. 242).

Nesse sentido, verifica-se finalmente a configuração de uma vida intelectual propriamente dita no Brasil. Os intelectuais, apesar da distância em relação à grande massa da população, acabavam por interferir diretamente na vida pública, como que munidos de uma espécie de “senso de serviço” (CANDIDO, 2006a, p. 247), assumindo, dentre outras, a responsabilidade de difundir a instrução e as ideias liberais. O ideário iluminista/ positivista de uma

inteligência socialmente participante, que regulasse e ordenasse a vida social fazia-se cada vez mais presente enquanto força política.

Esse movimento ganharia ainda mais força com o processo de Independência do Brasil. Segundo Antonio Candido (2006a), “no Brasil, a Independência foi o objetivo máximo do movimento *ilustrado* e a sua expressão principal” (p. 249). Nessa época, os intelectuais de modo geral, mesmo os menos progressistas, partilham de uma concepção pragmática em relação à inteligência e da confiança “na razão e na ciência para instaurar a era de progresso no Brasil” (p. 250). As diretrizes da Ilustração eram vistas como o caminho a ser seguido a fim de “integrar o Brasil no mundo intemporal da razão e da ciência, onde se reuniam os povos quando orientados pelos seus princípios” (p. 250).

No âmbito mais especificamente literário, tratava-se, conforme a concepção de Nicolau Sevcenko, de encarar a literatura como missão, ou seja, contribuir, por meio das Letras, para a melhoria do país e inseri-lo no contexto internacional de desenvolvimento e progresso: “E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia” (SEVCENKO, 2003, p. 41).

Essas concepções seriam amplamente difundidas ao longo de todo o século XX, principalmente no período que se segue à proclamação da República, fato que mobilizou sobremaneira os intelectuais brasileiros, incluindo Euclides da Cunha, e que está intimamente ligado à Guerra de Canudos. Em relação à situação de Euclides nesse contexto, parece-nos acertada a reflexão de Clóvis Moura quando afirma que:

O processo de tomada de consciência de nossa realidade social reflete-se na obra de Euclides da Cunha antinomicamente; forma uma contradição. De um lado há o reconhecimento da necessidade de serem a literatura e a ciência formas de conhecimento, fatores instrumentais no processo do desenvolvimento social, integrados no quadro da sociedade em transformação. Sua intenção de voltar-se para os nossos problemas, apontando soluções para eles, mostra como Euclides da Cunha encontrava no seu trabalho de escritor uma dimensão participante. Este foi o lado de abordagem que o conduziu a procurar uma tomada de posição social e política. Do outro lado,

porém, apoiava-se em teorias, hipóteses, métodos e mestres, em um cabedal de conhecimentos que não o ajudava a desvendar os véus que cobriam as soluções dos problemas brasileiros (MOURA, 1964, p. 9-10).

Assim, podemos visualizar claramente o problema que enfrentamos. Euclides da Cunha, munido da fé na ciência e vendo nela a principal, se não única, possibilidade de fazer o Brasil entrar nos trilhos do progresso, busca em sua atividade como escritor um meio de contribuir para o desenvolvimento do país e a construção da nação.

Contraditoriamente a esse propósito, em *Os Sertões* também são representadas as ameaças do progresso, “levado a pranchadas ao sertão” no irônico dizer de Euclides, e que revela sua face de atraso e barbárie. Ao representar a luta dos sertanejos, compreendida no interior dos problemas relacionados à questão nacional, contra a ordem estabelecida e o consequente massacre dos conselheiristas, a narração ganha a força da rememoração benjaminiana, legando às gerações subsequentes a tarefa de dar continuidade à luta contra a exploração e a barbárie, buscando alcançar a redenção.

O grande ganho, portanto, da interpretação de *Os Sertões* à luz da filosofia da história de Walter Benjamin é a possibilidade de compreender a radicalidade da obra, principalmente no que diz respeito à sua articulação com a história e à luta de classes.

Adaptando a proposição de Benjamin, poderíamos dizer que a obra de Euclides lega uma série de reflexões que iluminam o massacre dos sertanejos pelos militares na guerra de Canudos, permitindo aos leitores contemporâneos, por meio da rememoração, a compreensão desse processo e transmitindo-lhe a tarefa de dar continuidade à sua luta pela superação do sistema em que vivemos, regido pela violência da exploração entre os homens.

É nesse sentido que os movimentos sociais, como o MST, por exemplo, diretamente envolvido na luta pela terra, ou os líderes comunitários das favelas (muitas delas formadas por soldados que retornaram de Canudos), encontram na narração/ rememoração da luta dos sertanejos feita por Euclides inspiração para sua própria luta, atribuindo, assim, novos sentidos políticos e históricos à Guerra de Canudos e a *Os Sertões*.

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Record, 2000.

_____. *Obra completa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1995.

Fortuna crítica de *Os Sertões*

ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

BACON, Henry. *A epopéia brasileira: uma introdução a Os Sertões*. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.

BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. A ontologia discursiva de Os sertões. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104597019980004004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 jul. 2009.

BOAS, Gláucia Villas. Iluminista e romântico: o tempo passado em Os sertões de Euclides da Cunha. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 jul. 2009.

BOLLE, Wille. “O sertão como forma de pensamento” e “A nação dilacerada”. *In: Grandsertão.br*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2004.

DE DECCA, Edgar Salvadori. “Euclides e Os Sertões: entre a literatura e a história”. *In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FACIOLI, Valentim & NASCIMENTO, José Leonardo do. *Juízos críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora Unesp, 2003.

FERNANDES, Rinaldo de (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1941.

GALVÃO, Walnice Nogueira et al. *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 2009.

_____. “De sertões e jagunços”; “Um enigma” e “O correspondente de guerra Euclides da Cunha”. In: *Saco de Gatos*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. “A pesquisa euclidiana”; “Euclides e a Revolução Francesa”; “Representando Os Sertões” e “Os Sertões para estrangeiros”. In: *Gatos de outros sacos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Euclides da Cunha: história*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. “Euclides da Cunha – Os Sertões”. In: MOTTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. São Paulo: Senac, 1999.

_____. *O Império do Belo Monte: Vida e Morte de Canudos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *No calor da hora: A Guerra de Canudos nos Jornais: 4ª expedição*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

GOMES, Gínia Maria (Org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

HATOUM, Milton. “Expatriados em sua própria pátria”. In: GALVÃO, Walnice Nogueira et al. *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KOTHE, Flávio René. “Sagração da sangria”. In: *O cânone republicano I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

LEITE, Dante Moreira. "A originalidade de Euclides da Cunha". In: *O Caráter nacional brasileiro*. 7ª ed. São Paulo: Unesp, 2007.

LIMA, Luis Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Euclides da Cunha: Contrastes e Confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.

_____. "Os Sertões: ciência ou literatura". In: *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MACEDO, José Rivair & MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: A espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VÁRIOS. *Cadernos de Literatura Brasileira – Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

VENTURA, Roberto. *Os Sertões*. Coleção Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2002.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: O povo da terra*. 3. ed. São paulo: Ática, 1999.

ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12, abril 1999. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/zilly12.htm>. Acesso em 10 dez. 2008.

ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em Os sertões. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01045970199800040002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jul. 2009.

Bibliografia teórica:

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Almeida. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Machado de. “Notícia da atual Literatura Brasileira – instinto de nacionalidade”. In: *Crítica & Variedades*. São Paulo: Globo, 1997

ARANTES, P. E. “Nação e reflexão”. In: Benjamin Abdalla jr. e Salette de Almeida Cara. (Org.). *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

BASTOS, Hermenegildo. 2006. “Formação e representação”. In: *Cerrados*, n.

21, Brasília, 2006, p. 91-112.

_____. “Literatura como trabalho e apropriação”. Manuscrito inédito. 2009.

BALAKRISHNAN, G.(org.). 2000. *Um mapa da questão nacional*. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro.

BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b.

_____. “O autor como produtor”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994c.

_____. “Alarme de incêndio”. In: *Rua de mão única*. Obras escolhidas II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

_____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BOSI, Alfredo. “Modernismo”. In: *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora da Unicamp, 2006

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006a.

_____. *Educação pela noite e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006b.

_____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006c.

_____. “Uma palavra instável (Nacionalismo)”. In: *Vários Escritos*. Rio de

Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2005.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

_____. “Perversão da *Aufklärung*”. In: DANTAS, Vinicius. *Antonio Candido: textos de intervenção*. São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2001.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado: o foco narrativo em Vergílio Ferreira*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

DAVIS, Horace. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

EAGLETON, Terry. “A ascensão do inglês”. In. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*, Brasília, Ed. UnB, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Literatura e vida nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HARDMAN, Francisco Foot. "Antigos Modernistas". In: Adauto Novaes. (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secret. Municipal de Cultura, 1992.

_____. "Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação". In: DECCA, E. S. de; LEMAIRE, R. (org.) *Pelas margens*. Porto Alegre, RS: UFRGS; Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

JAMESON, F. *O pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'*. Tradução de Wanda Nogueira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

LVOVICH, Daniel. *De la determinacion a la imacinacion: Las Teorias Marxistas del Nacionalismo. Una interpretacion*. Dissertação de Mestrado. Buenos Aires, Buenos Aires, 1997.

MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, 1. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PIACENTINI, Maria Tereza. “O plural majestático”. Disponível em: http://www.linguabrasil.com.br/sys_home/index.php. Consultado em: 28 de abril de 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICUPERO, B. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil: 1830-1870*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2004.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. *In: Cultura e Política*. Rio de Janeiro Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2005.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

SZONDI, Peter. *Teoria do drama moderno (1880-1959)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

VELLOSO, Mônica. “A literatura como espelho da nação”. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

_____. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, 1993, p. 89-112.

WEBER, João Ernesto. *A Nação e o Paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

